



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**RAFAEL VIEIRA DA SILVA**

**O PAPEL DA ÁFRICA NA DEMANDA CHINESA POR BENS PRIMÁRIOS E  
RECURSOS ENERGÉTICOS**

**FLORIANÓPOLIS, 2014**

**RAFAEL VIEIRA DA SILVA**

**O PAPEL DA ÁFRICA NA DEMANDA CHINESA POR BENS PRIMÁRIOS E  
RECURSOS ENERGÉTICOS**

Monografia submetida ao curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito obrigatório para a  
obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador: Professor Helton Ricardo Ouriques, Dr.**

FLORIANÓPOLIS, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno Rafael Vieira da Silva, na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----  
Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

-----  
Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

-----  
Prof. Dra. Brena Paula Magno Fernandez

**Dedico este trabalho aos meus pais, Roseli e  
Luís, pelo amor incondicional.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pois até aqui Ele tem me sustentado.

Agradeço a minha família, pelo suporte concedido nestes anos, e pela paciência necessária até que este ciclo se encerrassem. Houve sacrifício e dedicação por cada um deles para que alcançasse meus objetivos, e por isso sou eternamente grato.

Ao Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques, pois a sua excelência acadêmica me motivou a escolhê-lo como orientador, percebo o quão acertado foi essa decisão. Agradeço por ter acreditado neste trabalho e por ter desempenhado papel tão importante em minha formação.

A todos os meus amigos, colegas do curso e estágios, pelos incentivos, que com certeza tiveram grande parcela de contribuição em minha formação.

*‘Bem-vindo ao deserto do real’* (Slavoj Žižek)

*‘Evidentemente a história não se repete, a não ser por ironia, dissimulação’*  
(Leda Maria Paulani)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a recente aproximação chinesa do continente africano, tendo como ponto de partida a crescente demanda chinesa por recursos energéticos e bens primários. A fim de dar continuidade ao intenso crescimento econômico, a China tem praticado em grande escala uma campanha por commodities agrícolas e commodities pesadas. A execução desta campanha significa o surgimento de alianças estratégicas com diferentes países do globo, sendo a grande maioria deles países pertencentes ao continente africano. A presença chinesa na África não é nova, porém os moldes em que se dão as relações sino-africanas atualmente são inéditos. Sendo assim, procura-se analisar as principais características destas relações sino-africanas, verificar os indicadores de comércio, investimento e fluxos financeiros, assim como os resultados gerados pela presença chinesa no continente africano. As conclusões apontam para um alto nível de interação econômica entre a China e o continente Africano, principalmente a partir de 2000, com a criação do FOCAC. Estas interações são caracterizadas por exportações africanas destinadas a China, concentradas em recursos energéticos e bens primários, enquanto que as importações africanas de produtos originados da China são mais diversificadas em produtos.

Palavras-chave: Economia-mundo capitalista; economia chinesa; economia africana.

## **ABSTRACT**

The present study aims to analyze the recent approach between China and the African continent. The starting point would be the increasing demand of China for energetic resources and primary goods. In order to maintain the economic growth, the chinese state has practiced a wide-ranging campaign focused on agricultural and metal commodities. The establishment of strategic alliances with a variety of countries, among which the african nations, would be the development of this campaign. The presence of China in Africa is not new, however the current terms in which the sino-african relations are developed are unprecedented. In light of this, the present work attempts to analyze the major features of the sino-african relations; to verify trade indicators, investments and financial flows; as well as the results of the chinese presence in the african continent. The conclusions point to the high level of economic interaction between China and Africa, mainly since 2000, with the creation of the Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC). These interactions are characterized for african exports to China, which are mostly concentrated in energetic resources and primary goods, whereas the african imports from China are based on more diversified goods.

Key-words: Capitalist word-economy; Chinese economy; African economy.



## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 - Mapa Político da China.....	15
Figura 2 - Primeiras Zonas Econômicas Especiais.....	19
Figura 3 - China: Valor total dos bens agrícolas importados 2000-2010.....	35
Figura 4 - China: Produção e Consumo de Petróleo (mil barris por dia) (1990-2010).....	37
Figura 5 - Variação do Preço do Petróleo (1961-2013).....	39
Figura 6 - África: Exportações totais para a China (bilhões dólares/eixo direito) e participação de artigos primários e bens manufaturados no total exportado (eixo esquerdo) (1995-2009).....	52
Figura 7 - Fluxo de IED da China na África.....	53
Figura 8 - Fluxo de Investimento Externo Direto para países exportadores de petróleo, em milhões de dólares (preços correntes).....	54
Figura 9 - África: Fluxo de Investimento Externo Direto (IDEs) – países da OECD e China (2000-2010) (bilhões de dólares).....	55
Figura 10 - China: Fluxo de IDEs (para fora) para Mundo, África e países africanos (2003-2010) (bilhões de dólares).....	56
Tabela 1 - China: Distribuição da propriedade industrial: 1978, 1998 (% na produção industrial total).....	18
Tabela 2 - China: Importações por países de origem (% do valor total pela China).....	24
Tabela 3 - Exportações dos países para a China (% das exportações de cada país).....	25
Tabela 4 - Pauta das exportações chinesas em US\$ Bilhões – 2013.....	30
Tabela 5 - Pauta das importações chinesas em US\$ Bilhões – 2013.....	31

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - China: Comportamento do Yuan frente ao dólar (nominal).....	21
Gráfico 2 - China: PIB por setor (agricultura, serviços, indústria) participação no total (1952-2010).....	28
Gráfico 3 - Pauta das exportações chinesas – US\$ Bilhões – 2013.....	31
Gráfico 4 - Pauta das importações chinesas – US\$ Bilhões – 2013.....	32
Gráfico 5 - Crescimento do PIB chinês – Porcentagem anual.....	33
Gráfico 6 - China: Matrizes energéticas, participação no total de energia consumido (2010).....	36
Gráfico 7 - China: Matrizes energéticas, participação no total de energia consumido (2010).....	40
Gráfico 8 – China: Fluxo de IDEs para a África – principais setores (2009).....	57

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA .....	3
1.2 OBJETIVOS.....	7
1.2.1 Objetivo Geral .....	7
1.2.2 Objetivos Específicos .....	7
1.3 JUSTIFICATIVA .....	8
1.4 METODOLOGIA.....	8
1.5 LIMITAÇÕES DO TRABALHO .....	10
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3 A ASCENSÃO CHINESA .....	14
3.1 TRAJETÓRIA DA ASCENSÃO CHINESA A PARTIR DE 1978 .....	16
3.2 ANOS 1990: O MILAGRE ECONÔMICO ASIÁTICO E A INSERÇÃO REGIONAL ..	22
3.3 ANOS 2000: NOVO CICLO DE EXPANSÃO CHINÊS E APRIMORAMENTO INDUSTRIAL .....	26
4 CHINA: MATRIZ ENERGÉTICA E DE BENS PRIMÁRIOS .....	34
5 AS NOVAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS .....	42
6 A EXPANSÃO CHINESA NA ÁFRICA: COMÉRCIO, INVESTIMENTOS E FLUXOS FINANCEIROS.....	47
6.1 COMÉRCIO CHINA E ÁFRICA: PRINCIPAIS PAÍSES E PRODUTOS .....	47
6.2 INVESTIMENTOS CHINESES NA ÁFRICA.....	53
6.3 A CHINA NA ÁFRICA E SEUS EFEITOS .....	60
7 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	63
REFERÊNCIAS .....	65

## 1 INTRODUÇÃO

China is the largest developing country in the World and Africa is the continent with the largest number of developing countries. At the turn of the millennium and the century, China and Africa are faced with both historical opportunities for great development and unprecedented challenges. (ZEMIN, Jiang. Presidente da República Popular da China, 2000)<sup>1</sup>.

### 1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Há mudanças fundamentais em marcha na economia mundial. Desde que se pôs em curso o processo de abertura e reforma da economia chinesa<sup>2</sup>, as economias globais têm presenciado a acelerada expansão econômica deste país, assim como o aumento da sua participação no comércio internacional e de sua importância no sistema internacional. Intensificado pela sua integração a Organização Mundial do Comércio em 2001, a China já se tornou umas das principais economias em fornecimento de manufaturas no comércio internacional, respondendo por 13,1% da produção global, ultrapassando os Estados Unidos, com 10% e Japão, com apenas 8,4% da produção global. (UNCTAD, 2007).

Para entender o modelo de desenvolvimento econômico chinês, é necessário elencar os principais fatores que alicerçam este desempenho, a dizer, **o enorme contingente de força de trabalho** – população chinesa é de 1,5 bilhões de pessoas – **o vasto território nacional** – aproximadamente 9.600,000 km<sup>2</sup> - **os significativos investimentos chineses em infraestrutura e logística** – mensura-se um investimento de R\$ 3,2 trilhões até 2016 – **e a estratégia chinesa de diversificação da pauta de produção industrial e expansão das atividades com maior valor agregado**. O contingente populacional confere à economia chinesa a capacidade de através da exploração da mão de obra barata, competir no mercado internacional com produtos mais baratos e de oferecer atratividade as empresas multinacionais que visam redução de custos, seja através da instalação de novas filiais ou da transferência de filiais presentes em outros territórios nacionais para o território chinês. Segundo a Business Week (2004), dos 30 milhões de trabalhadores industriais urbanos da China, dos quais se possuem dados, estes recebiam uma média de 1,06 dólar por hora, enquanto os 71 milhões

---

<sup>1</sup> Discurso do Presidente da República Popular da China na abertura da I Conferência Ministerial do FOCAC. Pequim, 10 de outubro de 2000.

<sup>2</sup> Política de abertura e reforma comercial da economia chinesa, iniciada em 1979 e liderada pelo líder do Partido Comunista, Deng Xiaoping.

de trabalhadores industriais de subúrbios e áreas rurais auferiam 0,45 de dólar por hora, atingindo uma média de 0,64 dólar.

Pautados na política do mais barato, os salários dos trabalhadores chineses de uma típica empresa exportadora no sul da China, são em torno de \$40 dólares mensais, 40% a menos do que o salário mínimo local. Tal problema estrutural do mercado de trabalho chinês tem gerado em setores como o da indústria leve, escassez de mão de obra e pressões sob os salários, que tendem a aumentar e conseqüentemente desmotivar empresas multinacionais na decisão de instalação de suas filiais em território chinês. (GEREFFI, 2007, p. 226).

Ainda que o território chinês seja o terceiro maior país em extensão no globo, as áreas agricultáveis e os recursos minerais e energéticos são relativamente escassos frente às necessidades da estrutura produtiva chinesa, não obstante serem bastante significativas em números absolutos. Segundo Bijian (2005) a quantidade de recursos hídricos (água) per capita na China é um quarto da média mundial; a média per capita de área cultivável para plantio é apenas 40% da média mundial. Com relação aos recursos energéticos destaca-se que as médias per capita de petróleo, gás natural, carvão e alumínio representam apenas 8,3%, 4,1%, 25,5% e 9% das médias mundiais, respectivamente, (RIBEIRO, 2010, p. 20).

O aprimoramento industrial chinês é notável ao examinarem-se as mudanças no conteúdo tecnológico de suas exportações. Tem-se que no período de 1985-2003 os produtos de baixo nível tecnológico (calçados, brinquedos, vestuário) eram responsáveis por dois terços das exportações da China. Enquanto que em 2003 as exportações de bens de alto nível tecnológico já correspondiam a aproximadamente 40% das vendas, para a partir de 2005 os bens primários somarem (2,9%) e de bens intermediários (37,1%) (UNComtrade, 2008). Esta evolução no quadro de exportações da economia chinesa pode ser explicada pela compreensão chinesa de que a industrialização seria a única via para o desenvolvimento econômico.

Valendo-se do mercado internacional, das firmas domésticas e de sua ampla demanda interna, a China se posicionou conforme alguns autores afirmam como a “fábrica do mundo” (GEREFFI, 2007, p.225), fazendo com que os altos níveis de expansão da cadeia produtiva da China gerem um impacto significativo na demanda por recursos naturais. Verifica-se que entre 1995 a 2005, a participação das matérias primas nas importações chinesas saltou de 9,7% para 17%. (LOPES, 2007)

Ainda que a China venha se empenhando na busca por fontes alternativas de energia, a dependência por recursos tradicionais como petróleo, alumínio, aço, dentre outros, torna o assunto de recursos energéticos em um desafio central do Estado Chinês atualmente. Não

apenas pela necessidade de recursos naturais para manter a dinâmica de produção industrial chinesa, mas também pela segurança energética, como Estado-nação. (OURIQUES; LUI, 2012, p. 20).

Neste contexto a necessidade chinesa por matérias primas e recursos energéticos, tem incentivado o país a buscar alianças e acordos diplomáticos com diversos países e continentes, no sentido de atender a sua demanda por recursos naturais. Ciente deste desafio o governo chinês inicia uma política voltada para fora, ‘‘Going Global’’, incentivando o investimento direto externo das multinacionais chinesas, através da expansão das filiais de firmas chinesas. Para que esta iniciativa fosse possível foram necessárias mudanças na legislação, através da simplificação no processo de aprovação dos projetos, gestão cambial, avaliação estatística e estímulo ao investimento exterior. (OURIQUES; LUI, 2012, p. 21)

A mudança na estrutura produtiva da China foi tão intensiva que, segundo Zewig e Bi (2005) a China passou de maior exportador de petróleo do Leste Asiático para o segundo maior importador. O consumo de energia (incluindo carvão, petróleo, gás natural, água) já apresentou déficit em 1992, quando o consumo foi superior a capacidade de produção (NBSC, 2007). O país é o maior responsável pelo aumento da demanda do petróleo, além de ter sido um dos principais consumidores de energia mundial em 2008, cerca de três quartos do crescimento da demanda mundial. (BRITISH PETROLEUM, 2009).

As relações sino-africanas não são recentes, porém se transformaram muito durante os anos, e tem assumido um novo perfil desde a formação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) em 2000, principal instrumento da diplomacia chinesa para a África. (MENEZES, 2013).

A política externa da China para a África pode ser dividida em três períodos principais: a primeira com motivações políticas, entre 1949 ao final dos anos 1970, onde a China com intuito de exportar a revolução Chinesa de Mao Tsé-Tung, estreita relações com o continente africano. Segundo Alves (2009), a aproximação com este continente também possuía a motivação de impedir a aproximação dos países africanos com Taiwan que poderiam reconhecê-lo como país independente. Para alguns autores como Li Anshan (ANSHAN, 2008, apud MENEZES, p.77) haveria uma fase de ‘‘transição’’ nas relações sino-africanas, de 1978 a 1994, com uma clara substituição das motivações políticas para um pragmatismo político e econômico. Justificado pelo posicionamento de Deng Xiaoping, ao propor um direcionamento dos esforços chineses no desenvolvimento econômico interno.

É certo que os anos 1980 foram marcados por uma reavaliação por parte de Pequim sobre suas relações com a África. Um novo paradigma de relacionamento com o continente se iniciava, motivado pela cooperação econômico-comercial em nome do desenvolvimento conjunto. (DE MENEZES, 2013, p. 78)

Na segunda e terceira fase, entre 1970 a 2000, e 2000 aos dias atuais, observa-se que a política externa da China para com os países em desenvolvimento, a contar os países africanos, assume novos contornos, já baseados em princípios fundamentais da política externa da China, a dizer, respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; não agressão mútua; não ingerência nos assuntos internos; igualdade e vantagens recíprocas e coexistência pacífica e uma forte motivação econômica.

A aproximação da China do continente africano é justificável, dado que a África corresponde a uma significativa parcela dos bens primários do mundo.

África tiene el 30 por ciento de reservas minerales mundiales, el 97 por ciento de reservas de cromo, el 80 de coltán, el 50 de cobalto, el 57,5 de oro, el 20 de hierro y de cobre, el 23 de uranio y de fosfatos, el 32,2 de manganeso, el 41 de vanadio, el 49 de platino, el 66 de diamantes, el 17,5 de bauxita y de zinc y el 14 por ciento de petróleo, materia prima estratégica. (BELLO, Irais, 2008, p. 2).

Ao promover a sua expansão extraterritorial a China realiza parcerias diplomáticas e aplica com rigor seus princípios que norteiam sua política externa. Tais diretrizes são bem diferentes das comumente praticadas pelos EUA e países europeus, e na medida em que a China disponibiliza empréstimos financeiros a longo prazo e sem políticas intervencionistas, vai aos poucos se tornando um potência alternativa aos países em desenvolvimento.

A China ocupa atualmente a terceira posição como maior parceiro comercial da África, após os Estados Unidos e a França, e a segunda como maior exportador para a África depois da França, (RIBEIRO, 2010, p. 13). Este panorama é passível de mudar se os atuais níveis de interação econômica continuarem em longo prazo.

Embora a participação dos países africanos seja pequena no total do Investimento Direto Externo chinês (5,94% em 2007), o crescimento anual dos IDEs chineses naquele continente vem sendo bastante expressivo. O crescimento dos investimentos para o continente africano foi de mais de 300%, e em 2006 de mais de 200%. (RIBEIRO, 2010, p. 12).

Desta forma o problema do presente trabalho, consiste principalmente em demonstrar de que maneira o continente africano atende a demanda chinesa por bens primários e recursos energéticos. Todavia esta problemática se desdobra em questões que vão além do caráter econômico, como a questão da contrapartida africana em apoiar a China no não

reconhecimento da independência de Taiwan, a questão das vendas de material bélico da República Popular para países africanos historicamente em conflito, e o princípio da não intervenção, que pautado neste a China realiza parcerias estratégicas com governos acusados de violarem direitos humanos. Sendo assim à medida que busca-se apresentar o papel africano na demanda chinesa, não ignora-se os diversos pontos de fricção que se colocam nestas novas relações sino-africanas.

## 1.2 OBJETIVOS

Os Objetivos deste trabalho podem ser divididos em Gerais e Específicos.

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo principal deste trabalho é analisar o desafio chinês em garantir acesso a bens primários e recursos energéticos para atender seu desenvolvimento econômico, e compreender como este movimento da China por recursos determinam, e influenciam as novas relações sino-africanas que se estabelecem no presente.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são essencialmente:

1. Descrever o processo de expansão e desenvolvimento da economia chinesa, elencando a necessidade desta por matérias primas e recursos energéticos para continuidade de seu crescimento.
2. Destacar o papel estratégico dos países africanos no suprimento de recursos naturais, mercado consumidor e de apoio político.
3. Elencar as principais características e princípios que norteiam as relações diplomáticas sino-africanas.
4. Apresentar os quadros de fluxo de transações comerciais entre a China e os principais países africanos.
5. Discutir as transformações produzidas por esta parceria.



### 1.3 JUSTIFICATIVA

Desde o milagre econômico chinês, o modelo de desenvolvimento da República Popular da China, de longe é o que mais conseguiu gerar taxas expressivas de crescimento, na maioria das vezes, acima de dois dígitos. Possuidor da segunda maior economia do mundo (BANCO MUNDIAL, 2014), a China é o principal destino da maioria dos investimentos direto externos, cerca de US\$ 138,4 bilhões em 2007 (BANCO MUNDIAL, 2009), o que lhe confere lugar de destaque entre os grandes players do mundo.

O alto nível de consumo energético de todos os tipos para promover este milagre, apresenta a China um desafio de encontrar extra territorialmente fontes de bens primários e recursos energéticos suficientes para o longo prazo.

Compreender o modelo de desenvolvimento econômico de uma das principais economias mundiais e seus desafios no presente, já é em si, motivos de investigação acadêmica, compreender ainda mais o desdobramento deste modelo de desenvolvimento para o continente com a maior quantidade de países em desenvolvimento, é motivo ainda maior.

No que diz respeito à importância perante a ciência econômica do presente trabalho, destaca-se a análise e apresentação de dados econômicos das economias do continente africano, comumente não realizados por esta academia.

A opção por assentar nossa investigação sobre o papel estratégico do continente africano no desenvolvimento econômico chinês baseia-se no fato que, caso a China continue a apresentando taxas elevadas de crescimento, as relações sino-africanas tendem a se intensificarem, tornando este tema problema, ainda mais relevante, ou seja, a presença da China na África consiste, em um assunto com evolução permanente, com desdobramentos cada vez mais complexos no âmbito político, econômico, militar e cultural, não somente para a China e África, mas para todo o mundo.

### 1.4 METODOLOGIA

Bocchi et all (2004) recomenda aos estudantes que se deparam pela primeira vez com um projeto de pesquisa, a adoção de uma “metodologia pragmática”. Ainda segundo o autor, trabalhos com assuntos relacionados com política econômica, sob o qual este objeto de estudo

se encaixa, a pesquisa será descritiva de caráter quantitativo e qualitativo. O autor descreve o método da seguinte maneira:

No caso de assuntos de política econômica, considerar-se-ia sucessivamente uma descrição qualitativa e quantitativa do problema apresentado, assim como uma previsão de seu comportamento futuro, caso não se tome medida alguma. A seguir, elaborar-se-ia uma análise causa-efeito do problema identificado, utilizando os conceitos e categorias das ciências econômicas. Finalizar-se-ia o método fazendo propostas normativas sobre o que deveria ser feito para superar, melhorar reduzir ou anular os efeitos do problema identificado (BOCCHI, 2004, p. 122)

A coleta de informações para a monografia se dará por diversas fontes e será priorizada de acordo com cada objetivo. A fonte de pesquisa será documental e bibliográfica. A pesquisa bibliográfica e a documental apresentam forte semelhança, a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes (GIL, 2004). Dada a atualidade do tema, a obtenção de informações será através de consulta a livros e principalmente em artigos e periódicos.

Para avaliar o nível de investimento direto externo da China no continente africano, e baseado nos resultados realizar conclusões, será necessária uma consulta a dados estatísticos desde a abertura comercial chinesa e compará-los com os anos recentes. Para uma investigação adequada do nível de demanda chinesa destes bens primários, se utilizará de instrumentos confiáveis para acesso de dados estatísticos, como, por exemplo, o UN Comtrade.

Com o intuito de apresentar os dados estatísticos obtidos pelo UN Comtrade e outras fontes, serão utilizados gráficos, quadros e tabelas.

Para atender ao primeiro objetivo, será realizado um corte temporal a partir do ano de 1978, período marcado pelo início do processo de reformas políticas e econômicas na China. Estudar-se-á a trajetória de crescimento da economia chinesa de 1978 até os dados mais recentes, dando destaque ao modelo de desenvolvimento praticado pelo governo chinês. Este primeiro objetivo tem como finalidade familiarizar o leitor com a economia chinesa, e com o desafio presente na mesma pela busca por fontes de energia e bens primários, além de introduzi-lo ao objetivo seguinte.

No segundo objetivo, se introduz os países africanos neste contexto de corrida por recursos energéticos e bens primários de longo prazo para continuidade do seu processo de crescimento econômico, assim como se apresenta a importância destes para a economia chinesa, como grande mercado consumidor em expansão e parceiro político.

Com a introdução de um breve histórico da presença chinesa na África, o terceiro objetivo visa estudar os princípios que norteiam as relações sino-africanas, por exemplo, o

princípio da não intervenção, onde o estado chinês se compromete em não interferir em assuntos pertinentes somente a gerência de determinado país, por este motivo, a China negocia com países de diferentes regimes de governo. Este objetivo tem o intuito também de verificar como estes princípios favorecem as relações comerciais entre a China e os países africanos.

Para concretização do quarto objetivo, realizar-se-á uma análise de conjuntura das transações econômicas entre a China e o continente africano, com o intuito de verificar se houve um crescimento das relações econômicas entre estes e a qual nível.

No quinto e último objetivo pretende-se debater os resultados da avaliação da parceria estratégica entre a China e o continente africano, verificando quais os impactos gerados para ambas as economias.

## 1.5 LIMITAÇÕES DO TRABALHO

As limitações do presente trabalho esbarram em sua própria natureza, ou seja, por tratar-se de uma monografia, a pesquisa foca em aspectos gerais do tema, no intuito de descrever a lógica que impera nas relações econômicas sino-africanas, por este motivo, dá-se menos enfoque aos fatores que dependem de uma análise mais concentrada (principalmente dos países africanos), ainda que se reconheça a influencia destes fatores nas relações econômicas sino-africanas.

Por entender que o trabalho não suportaria e nem era este seu o objetivo, não é realizado uma análise da economia chinesa desde os primeiros registros de transações comerciais, antes priorizou-se pela metodologia da periodização para analisar a trajetória da economia chinesa a partir de 1978. Sendo assim, fatos históricos como as navegações entre a China e a África subsaariana que se deram no século XV, não são demonstrados.

O foco da pesquisa priorizou os principais países com maior interação econômica com a China. Desta maneira acredita-se contemplar os países dos quais a China pratica a estratégia de política externa pautada na lógica de expansão do seu desenvolvimento econômico.

Ainda que se apresente um breve histórico, objetivou-se descrever as relações sino-africanas no contexto atual pautado somente na lógica do capital, não se aprofundando em debates como a existência ou não de um novo padrão colonialista de exploração do continente africano pelos chineses, ou a priorização por parte da China em uma cooperação sul-sul.

## 1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: a primeira parte apresenta o leitor ao tema e ao problema que deverão ser discutidos ao longo do trabalho, aos objetivos gerais e específicos, à metodologia e as limitações do presente trabalho, bem como à sua estrutura. À segunda parte trata do referencial teórico, onde se revisa os conceitos que norteiam a pesquisa realizada. Na terceira parte é apresentada a evolução da economia chinesa desde seu processo de abertura econômica até os dias de hoje, dando destaque ao modelo de desenvolvimento, centrado no Estado praticado pelo governo chinês. Na parte de número 4, descreve-se a matriz energética da China e a problemática da demanda crescente por recursos energéticos e bens primários, para continuidade do seu modelo de desenvolvimento econômico, pautado na indústria pesada e no consumo de bens duráveis. A parte cinco ocupa-se com um histórico da presença chinesa na África e as novas relações sino-africanas que se apresentam atualmente. Por sua vez, a sexta parte objetiva demonstrar os indicadores das transações comerciais entre China e África. Pretende-se debater na parte sete, os principais resultados proporcionados por esta parceria estratégica entre a China e o continente africano, verificando quais os impactos gerados para ambas as economias. Por último a oitava parte condensa aspectos relevantes apresentados nos capítulos anteriores para apresentar conclusão em torno do objetivo geral deste trabalho.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para atender os objetivos propostos neste trabalho, optou-se por referência o modelo – neste modelo de análise do sistema-mundo proposto por Giovanni Arrighi, no livro *’A ilusão do desenvolvimento’* (1997). Neste modelo o argumento central, é de que a economia mundial é formada por uma estrutura hierárquica de Estados, que determina a posição dos países em níveis mais altos (países centrais ou de núcleo orgânico) e mais baixos (países semiperiféricos e periféricos). Assim busca-se neste trabalho analisar toda ascensão ou desenvolvimento econômico de um país, tendo em consideração a estrutura hierárquica dos Estados.

No modelo de Arrighi, a estrutura hierárquica é dividida em três zonas principais: o núcleo orgânico, caracterizado pelas economias centrais, que são responsáveis pelas atividades econômicas que possuem maiores recompensas agregadas e maiores benefícios na divisão mundial do trabalho; a zona periférica, formada por países que comandam atividades com pouco ou nenhuma recompensa agregada, e por serem localizados na posição mais inferior da hierarquia, recebem pouco ou nenhum benefício na divisão mundial do trabalho; a zona semiperiférica é composta por uma combinação de Estados/países que exercem atividades mais ou menos semelhantes ao do núcleo orgânico e periferia, por este motivo, possuem algum benefício na divisão mundial do trabalho, no entanto, tem pouco poder para melhorar sua posição.

O modelo de desenvolvimento proposto por Giovanni Arrighi se diferencia dos demais (da dependência e da modernização), pelo fato de identificar uma zona intermediária como uma estrutura específica na economia mundial, e a permanência de países nesta zona por um longo período de anos, denotam que este não seria um estágio passageiro ao “desenvolvimento”, mas sim uma zona estrutural da economia mundial que responde ao movimento determinado pelo sistema mundial. Sendo assim, considerar tal estrutura hierárquica de Estado, é essencial ao analisar a ascensão econômica chinesa na economia mundial capitalista.

Utiliza-se neste estudo os trabalhos da economista Valéria Lopes Rbeiro, primeiramente o trabalho de mestrado: *’A China e a Economia Mundial: Uma Abordagem Sobre a Ascensão Chinesa na Segunda Metade do Século XX’* (2008), onde a autora descreve a trajetória da economia chinesa desde o século XV até o século XX, uma riquíssima análise conjuntural, que possui como arcabouço teórico o modelo de análise do sistema-mundo proposto por Giovanni Arrighi (1997). Em segundo o trabalho de conclusão do doutorado:

“A expansão chinesa e seus impactos na África na Primeira Década do Século XXI” (2013), focado em apresentar indicadores recentes do crescimento da economia chinesa e africana, a autora argumenta que devido à aproximação chinesa do continente africano, decorrente da busca por recursos energéticos e bens primários, países africanos também têm vindo a reboque da expansão chinesa e apresentado taxas significativas de crescimento.

Um dos pilares que justificam a “fome” chinesa por recursos naturais é a sua dinâmica interna de desenvolvimento, que baseada na industrialização, impõe a necessidade de manutenção e expansão da oferta de matérias-primas e recursos energéticos para sustentar o crescimento da indústria pesada e o consumo de bens duráveis. (RIBEIRO, 2010, p. 8)

Teóricos como Valério Ribeiro, partem da modernização e reestruturação da base produtiva chinesa como um dos principais motivos por está recente aproximação chinesa do continente africano. Adotou-se como norte esta concepção para construção deste trabalho.

O trabalho do diplomata Gustavo Rocha de Menezes, “As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil” (2013), será um dos principais referenciais teóricos no que consiste analisar os princípios da política externa chinesa, que determinam as condições de todos os acordos celebrados com o continente africano, sejam com fins políticos ou econômicos.

Com intuito de verificar o significado da corrida chinesa por recursos para a economia global, optou-se pelo trabalho da economista Dambisa Moyo, “O Vencedor Leva Tudo” (2013), onde a autora através do enfoque a escassez de recursos faz uma análise profunda, examinando o funcionamento dos mercados de commodities e as mudanças geopolíticas que o crescimento econômico provoca.

Para uma melhor compreensão deste trabalho é importante um claro entendimento dos conceitos de Recursos Energéticos e Bens Primários.

**Recursos Energéticos:** É tudo aquilo que o homem pode retirar da natureza, e dela obter energia. Os recursos energéticos dividem-se em dois grupos: **Não renováveis:** são todos aqueles em que a velocidade de consumo é muito superior aos períodos de formação de determinado insumo, por este motivo há uma tendência a extinguir-se. Exemplos: Carvão, Petróleo, Gás Natural, etc. **Renováveis:** Os recursos são considerados renováveis quando possibilitam a sua utilização sistemática, sem risco de se esgotarem. Exemplos: Biomassa, Energia Eólica, Energia Solar, Energia das Ondas, etc.

**Bens Primários:** São todos os bens que ainda não sofreram nenhum tipo de transformação, e que compreendem as atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura.

### 3 A ASCENSÃO CHINESA

A premissa que deriva da frase “geografia é destino” (autor desconhecido), afirma que a geografia é imutável, não havendo, portanto, motivo para levá-la em conta nas políticas públicas. Todavia, conforme afirma Gallup (2007) uma análise mais profunda partindo ainda da premissa geográfica, permite antes argumentar que uma nação com entendimento da sua geografia, pode através das políticas públicas ajudar a controlar ou canalizar sua influência na direção dos objetivos do desenvolvimento econômico e social. Sendo assim, ao compreenderem-se as características da geografia chinesa, como suas limitações e abundâncias, também se compreendem em partes, alguns dos motivos que conduziram as reformas econômicas e da adoção de uma estratégia de desenvolvimento econômico baseado na industrialização e expansão extraterritorial.

A China possui o terceiro maior território nacional do mundo, com aproximadamente 9.600 km<sup>2</sup> de extensão, um litoral de 32 mil quilômetros, o que permite afirmar, dado sua grandeza, que a China é um país continental. Seu contingente populacional, com aproximadamente 1.365.642. 259 bilhões de habitantes (countrymeters.info, 2014) concede a característica de país mais populoso do mundo, tal característica dota a China de vantagens competitivas, como o excesso de mão de obra barata, mas também se configura em um obstáculo ao crescimento devido a escassez de recursos naturais, habitação e a permanente desigualdade de renda.

Pode-se classificar o relevo Chinês em três partes: o primeiro litorâneo, não ultrapassa de mil metros. Nesta região devido a sua proximidade com os portos, se concentram as atividades com maior potencial exportador, e por isso mais intensivas em capital, a exemplo das Zonas Econômicas Especiais (ZEE) de Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen. Ainda na parte litorânea também há a presença das grandes cidades, como Shanghai, Hong Kong, Tianjin e Pequim, onde ainda se verifica uma parcela de atividades agrícolas. No segundo andar com altitude entre mil e quatro mil metros, ainda há uma grande densidade populacional, região onde se situam planaltos como o de Yunann-Ghizhou, Bacia de Tanin e Ordos e se concentram os vales dos principais rios. O terceiro andar, com altitude superior a quatro mil metros, localiza-se na parte oeste do país, possui uma densidade populacional baixa, muito justificada pela presença de desertos, terras geladas e cadeias de montanhas como o Himalaia, Karakorum e Naya Qantazhe, (FURTADO, 2012, p.1).

A presença de dois grandes desertos em seu território, como o Taklamakan e o deserto de Gobi, somado a regiões onde a água é escassa, dota a geografia chinesa com a

predominância do clima árido e semi-árido, cerca de 54% do território. Com exceção do sul e das regiões a margem dos grandes rios, onde o regime de monções é responsável por uma pluviosidade acima de 1.500 mm ao ano. Segundo Moyo (2013, p. 42-43) o problema da água neste país é agudo, pois o total de recursos hídricos chinês encolheu 13% desde o início do século, e boa parte das fontes existentes estão contaminadas e não são seguras para o consumo humano. Por este motivo afirma-se que a China é um país com escassez de água, por isso, grande parte da corrida chinesa por recursos diz respeito aos esforços em assegurar o acesso à água para sua população, (FURTADO, 2012, p.2).

**Figura 1 - Mapa Político da China**



**Fonte:** Guia geográfico (20-, n.p)



### 3.1 TRAJETÓRIA DA ASCENSÃO CHINESA A PARTIR DE 1978

O processo de abertura e ascensão da economia chinesa não se deu de maneira repentina, mas independente da metodologia utilizada para periodização da trajetória da economia chinesa, há um consenso de que as condições iniciais que marcaram o processo de crescimento econômico presente na China, podem ser datados a partir de 1978, período este caracterizado pela implementação das reformas no modelo comunista instalado desde 1949 pelos dirigentes do Partido Comunista Chinês (RIBEIRO, 2008, p.93).

Conforme aponta Pautasso (2006, p.23) o atraso da economia chinesa era tão visível, que seu desenvolvimento em 1978 com quase 900 milhões de habitantes poderia ser comparado ao da URSS em 1938. A China de Mao possuía as políticas econômicas fortemente centradas no campo, onde o partido tinha base de apoio. O sistema agrícola era organizado por milhares de grupos que deveriam seguir as orientações do Estado, onde qualquer excedente produzido deveria ser vendido ao Estado por um baixo preço determinado por ele. Enquanto que no setor industrial, o Estado possuía monopólio dos investimentos industriais, que contava com forte apoio soviético. (MEDEIROS, 2008, p.95).

O fracasso da estratégia de industrialização, chamado Grande Salto à Frente, originou uma crise de oposição às políticas adotadas pelo partido, que no fim culminou na Revolução Cultural, tentativa de Mao de recuperar os ideais socialistas.

A China do período pré-início dos anos 70 é caracterizada pelo fim do relacionamento com a União Soviética para uma reorientação de suas relações com os EUA. Segundo Ribeiro (2008, p. 96) a entrada da República Popular da China como representante do país na ONU, ao invés de Taiwan, representou a desistência dos Estados Unidos em opor-se à China continental, diante do fim do relacionamento entre esse país e a União Soviética. A aproximação chinesa com o EUA também demonstrou o desejo chinês por formas mais eficientes de produção, percebe-se então que a partir deste momento a política internacional chinesa, será condicionada pelo desenvolvimento interno.

Com a morte de Mao Tse-Tung, em 1976, abre-se um período de reavaliações do próprio PPC, deste período de tumultuada disputa interna emerge Deng Xiaoping como liderança em 1977. As políticas de Deng Xiaoping buscavam diminuir o atraso da economia chinesa, visando ao fim à abertura economia, para isso propunha a execução de diversas reformas pertencentes ao plano das Quatro Modernizações (agricultura, indústria, tecnologia e forças armadas).

Em síntese as Quatro Modernizações focalizavam em duas esferas básicas de reformas econômicas, reforma agrícola e na produção industrial.

As reformas no setor agrícola visavam recompor a base social do PCC, evitando assim novas rupturas e um possível retorno da revolução. Assim como Mao, Deng realizou a coletivização da terra, através da desapropriação dos proprietários rurais. Como aponta Ribeiro (2008, p.98) o aspecto central da política agrícola deste período, é a permissão do livre comércio pelo produtor/camponês do produto excedente. Somando as reformas hidráulicas no período que aumentaram a área irrigada do país e a implantação no país de empresas estatais produtoras de insumos modernos para agricultura, tornasse compreensível como a reforma agrícola foi capaz de estimular um aumento na oferta de alimentos e matérias primas. Onde favorecido pelos preços dos produtos agrícolas, os produtores camponeses, na grande maioria formada por famílias, obteve aumento de renda e consumo, em uma espiral ascendente estimulou um aumento de oferta de produtos para o campo, tirando da linha da miséria milhões de famílias camponesas (MEDEIROS, 2005, p.6)

Das reformas no setor industrial, há três aspectos principais: uma redução no número de empresas estatais, a atração de Investimentos Estrangeiros e o estímulo as exportações. Em contraste com o governo de Mao, caracterizado pela diversificação do monopólio estatal, as reformas das Quatro Modernizações para o setor industrial buscaram uma concentração do monopólio estatal em empresas de grande porte, esta estratégia da RPC de escolher seus campeões, se intensificará e aprimorará com o decorrer do tempo. Ao escolher as empresas maiores e se desfazer das pequenas, estas pequenas empresas são assumidas por capital individual, sub nacionais ou até mesmo por cooperativas de trabalhadores. Enquanto que, através da aglomeração de empresas, o China criou holdings fortes suficientes para serem capazes que atender a estratégia de “Going out” que visavam à competição de mercado além fronteiras chinesas. (MEDEIROS, 2005, p.7)

Neste contexto, o governo chinês focou na criação das *township village enterprises* (TVES), estas são empresas coletivas com forte estrutura familiar, geralmente geridas por estas ou por empresários privados. Ainda que ao fim estas empresas fossem controladas por poderes locais e municipais, estas empresas se tornaram em um setor dinâmico, alcançando uma taxa de crescimento de 20 % ao ano.

Somente a partir do momento em que o Estado chinês verifica o sucesso dos incentivos fiscais nas empresas rurais, que estas políticas são estendidas as áreas urbanas. Em 1984, as empresas passam a pagar 55% de imposto ao Estado sobre o total da receita anual, tal

política significou um grande avanço, pois anteriormente as empresas deveriam destinar todo o lucro ao Estado. (MEDEIROS, 2008, p. 100).

Estas políticas econômicas de diminuição das estatais e de incentivos fiscais alteraram o panorama econômico da China, a partir deste momento o país passou a possuir uma composição mais diversificada.

Portanto verificasse que seguindo a estratégia de concentração de monopólio em empresas de grande porte, houve uma considerável diminuição das empresas em mão do Estado, que passaram ou para a iniciativa privada, subnacionais, ou para as cooperativas de trabalhadores. Nota-se também um aumento da participação na produção interna das empresas coletivas de 9% para 28%. Também contribuíram as empresas privadas e estrangeiras que passaram de uma participação nula para uma parcela do produto de 19% e 12%, respectivamente. Conforme a tabela abaixo.

**Tabela 1: China – Distribuição da propriedade industrial: 1978, 1998 (% na produção industrial total)**

<b>Tipo de propriedade</b>	<b>1978</b>	<b>1996</b>
Estatais	77	33
Empresas coletivas	23	36
TVES	9	28
Privadas	0	19
Estrangeiras	0	12
	100	100

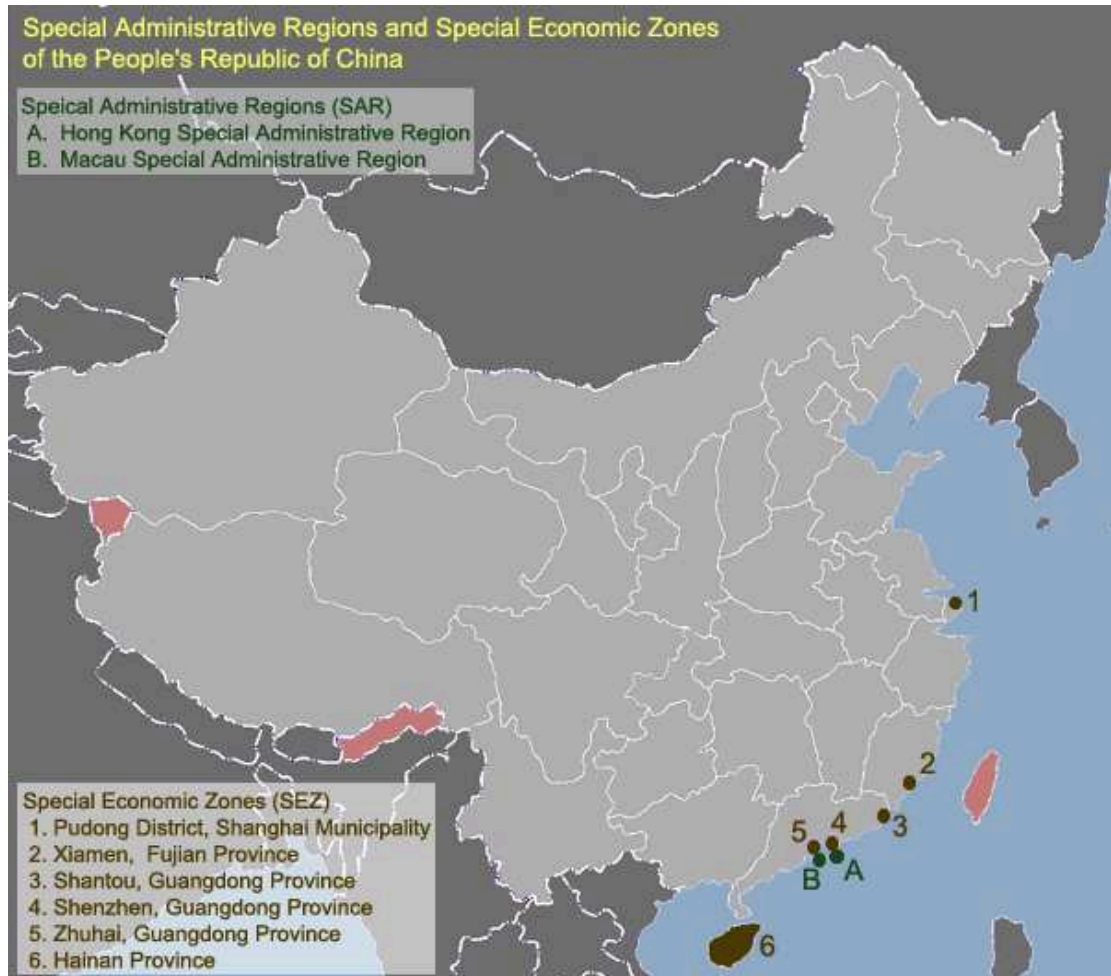
Fonte: NAUGHTON, 2007, apud RIBEIRO, 2008, p.101

Em 1979 a China cria as Zonas Econômicas Especiais, que foi instrumento fundamental no processo de abertura comercial e para a atração de Investimento Direto Externo (IDEs) mundiais e asiáticas.

“as ZEES foram concebidas para atrair investidores estrangeiros que, em troca, introduziram na China tecnologias e métodos modernos de administração, com o propósito de criar um fluxo de exportações gerador de divisas, encorajados por vendas sem impostos, taxas reduzidas, tarifas menores, infra-estrutura moderna, legislação trabalhista e salarial flexível e menos burocracia. (MARTI, 2007, p.10)

As primeiras províncias a receberem uma ZEE foram a província de Guangdong, nas cidades de Shenzhen, Zhuhai e Shantou, e a província de Fujian, na cidade Xiamen. Representadas no mapa abaixo pelos números 3,4 e 5 em Guangdong e 2 em Fujian.

**Figura 2 – Primeiras Zonas Econômicas Especiais**



Fonte: [reliancesez.blogspot.com.br](http://reliancesez.blogspot.com.br) SEZs Comparison and Review, 2014

As empresas que objetivassem se dirigir as ZEEs poderiam usufruir de estímulos econômicos, como alíquotas mais baixas de imposto de renda para empresas (15% sobre as receitas) e a isenção de sobretaxas locais. As isenções variavam de acordo com as características da empresa, tratando-se de uma empresa com maior nível tecnológico em suas atividades, os benefícios eram maiores podendo ser até de imposto zero.

Toda a estratégia chinesa de facilitação a entrada das empresas internacionais nas Zonas Econômicas Especiais, visava à introdução na China de tecnologias e métodos modernos de produção e administração. Somado a um câmbio favorável, os resultados da criação das Zonas Econômicas e das políticas expansionistas, foram muito favoráveis a economia chinesa.

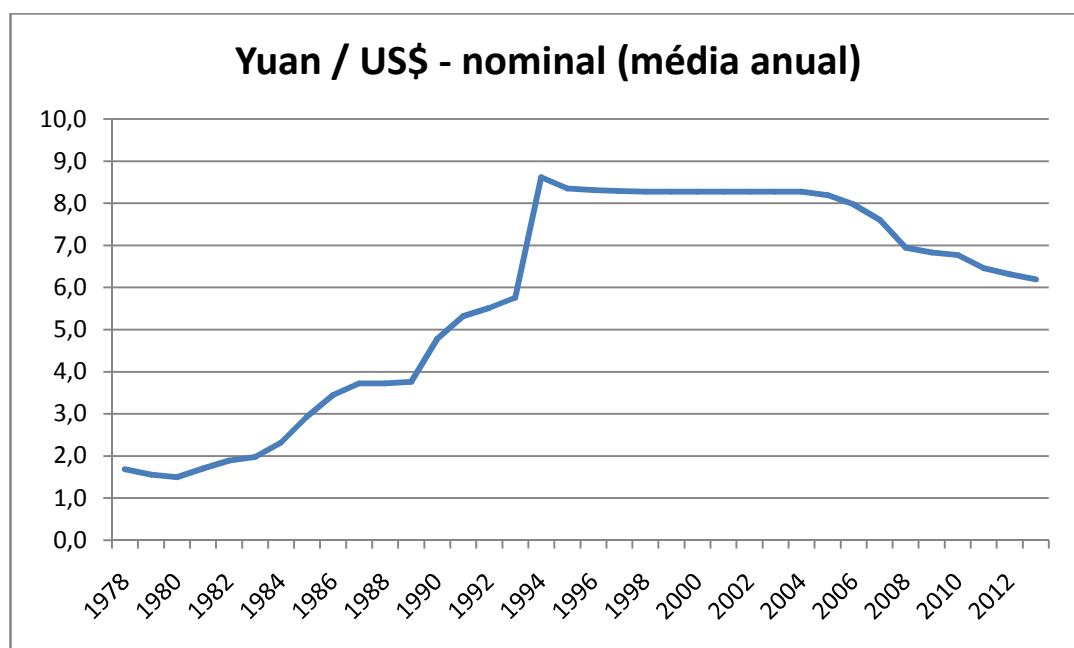
O fluxo de entrada de IDEs na economia chinesa em 1980 foi de menos de 1%, comparativamente ao restante do mundo e à Ásia. A partir de 1990 a China passa a corresponder a 1,7% dos IDEs mundiais e quase 10% dos destinados a Ásia. A China vai

galgando posição e se tornando destino cada vez maior para investimentos externos, resultando a uma participação de 8% dos IDEs mundiais e mais de 22% dos IDEs asiáticos dirigem-se ao país (RIBEIRO, 2008, p. 105-106).

Portanto a criação das Zonas Econômicas Especiais foi um fator importante na ascensão da economia chinesa, todavia, também se tornou um dos fatores responsáveis pela atual desigualdade regional do país. Como é possível observar na Figura 2, as distribuições das Zonas Econômicas Especiais se concentraram na costa leste do país, e nestas regiões litorâneas com a instalação das empresas internacionais, houve um desenvolvimento significativamente maior se comparado com o de outras regiões chinesas no mesmo período. As províncias que primeiro se tornaram Zonas Econômicas Especiais, foram as que mais receberam os IDEs, foi o caso de Guangdong, que recebeu 28% dos IDEs, e também de Fujian, com 10%. Nestas circunstâncias regiões como Guangdong tiveram participação também significativa nas exportações, 32% em 2005. Portanto, a estratégia da implementação das ZEEs, geraram seu devido fruto ao proporcionarem maior crescimento das exportações, tornando-se uma em uma política para superação do atraso, mas isso não sem o declínio de outras regiões, como o centro e norte chinês. (RIBEIRO, 2008, p.107).

Importante ressaltar a utilização da política cambial chinesa como um instrumento estratégico para o desenvolvimento. O princípio de um processo de desvalorização do Yuan, data desde o início 1980 com um câmbio nominal de 1,5 yuans (para 1 dólar), para em 1986 a paridade estar em 3,5 yuans para 1 dólar em cerca de 60% de desvalorização (NAUGHTOM, 2007, apud RIBEIRO, 2008). Este movimento de favorecimento das exportações através da moeda fraca arrefeceu nos últimos anos, passando de 8 em 2006 para 6 yuans por dólar atualmente, segundo Ribeiro (2008, p. 109).

Pode-se verificar que é a partir dos anos 80 que se inicia um processo gradual de desvalorização do Yuan. Em 1984 a China desvalorizou sua moeda em 36,24% frente ao dólar. Este movimento de flexibilização do câmbio chinês, tende de um mesmo movimento no cenário externo, neste período economias em desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo, também estavam diminuindo suas forças a estratégia de substituição de importações. A diferença consiste de que a China realizou um processo gradual, ao limitar as importações a áreas estritamente necessárias ao mesmo tempo em que protegia a sua indústria. (RIBEIRO, 2008, p. 110). Conforme gráfico abaixo.

**Gráfico 1: China - comportamento do Yuan frente ao dólar (nominal)**

Fonte: Ipeadata, 2014

Ainda que a China praticasse uma taxa de câmbio desvalorizada frente ao dólar, esta taxa não era homogênea para todo o território chinês, ou seja, o governo chinês praticava um sistema dual de câmbio, onde havia o câmbio oficial, administrado como uma taxa flutuante e um “mercado de swaps”. O primeiro sistema de câmbio oficial era destinado as empresas que estavam fora do regime das ZEEs e por este motivo deveriam se submeter a uma política exterior mais protecionista e dirigida a exportações, enquanto que no sistema de mercado de swaps destinado as áreas de ZEEs a empresas possuíam maior liberdade cambial.

Ainda nos anos 80 é possível verificar os resultados desta política chinesa de abertura gradual e protecionismo, segundo Valéria, (2008, p.112) entre 1980 e 1985 o balanço de pagamento chinês registra pequenos superávits: em 1982, de cerca de 5,5 bilhões dólares, e em 1984, de 1,9 bilhões, ainda que no ano de 1985 registre-se um déficit comercial de 11 bilhões de dólares, marcado por um processo de substituição de importações, é a partir de 1990 que o balanço de pagamentos chinês registrará superávits consideráveis, de cerca de 11 bilhões em 1990 e 13 bilhões em 1991.

Portanto, as reformas realizadas a partir de 1978 foram um divisor de águas tanto para o sistema político quanto econômico chinês. O processo de abertura econômica demandou ajustes significativos, como a reforma agrária e a diminuição da participação do estado na economia. O surgimento das primeiras empresas privadas demonstrou que, para a economia

chinesa pudesse se introduzir no comércio com os principais players da economia mundial, só seria possível com a presença de uma lógica de mercado e um estado mais flexível. Neste período outras economias também se encontravam em processo de industrialização, entretanto a economia chinesa se diferenciou por conseguir articular uma política dual de câmbio, que ao mesmo tempo atraía o IDE mundial, protegia a indústria nascente e promovia exportações.

O aspecto mais marcante nas reformas chinesas é que elas foram implementadas pelo Estado, e continuam sendo dirigidas por ele, até então, com forma de objetivar uma maior eficiência econômica. (BORTOLUZZI, 2008, p. 40).

### 3.2 ANOS 1990: O MILAGRE ECONÔMICO ASIÁTICO E A INSERÇÃO REGIONAL

Os anos 90 são marcados pela intensificação do processo de abertura da economia chinesa, e das expressivas entradas de IDEs e aumento da produtividade da indústria. O que se verifica é que o interesse chinês era dar condições ao país de crescer a taxas semelhantes aos países asiáticos vizinhos, como Hong Kong, Taiwan, Coreia e Singapura, chamados de Tigres Asiáticos, que cresceram durante 1980 a taxas de 7,8% ao ano, enquanto que a China e a Índia a 6,8%, o a ASEAN (Indonésia, Malásia, Filipina e Tailândia) a 5,3% e o Japão a 3,7% ao ano. (RIBEIRO, 2008).

Segundo Arrighi (1997, p.53), a ascensão do leste asiático, também conhecida como milagre econômico, tratou-se de um fenômeno incomum e significou também a ascensão de diversos novos centros de acumulação de capital, que passam a desfrutar de um comando sobre os recursos mundiais comparável àquele tradicionalmente desfrutados pelos Estados mais ricos da economia mundial capitalista.

Este milagre está inserido em um contexto maior, do que apenas os determinantes internos que cada economia em particular. A necessidade dos Estados Unidos em manter sua hegemonia político/econômica no pós-guerra significou em uma política de sobrevalorização do dólar e a abertura à importação barata, como forma de retomar o crescimento sem pressões inflacionárias. As importações de bens de consumo baratos permitiram a Coreia, Japão e Taiwan um período de grandes superávits comerciais, conforme apresenta Valéria:

Em 1980 o Japão apresentava um déficit de 10.750 bilhões dólares, a Coreia um déficit de 5.312 bilhões e Taiwan um déficit de 818 milhões. Na metade da década, em 1985, o Japão já tinha um superávit de 51.150 bilhões de dólares, a Coreia já tinha reduzido seu déficit para 1 bilhão e Taiwan já apresentava um superávit de

9.206 bilhões dólares. No final da década os três países aumentaram ainda mais o saldo positivo na balança comercial, com o Japão chegando a mais de 60 bilhões e a Coréia, a 5 bilhões. (RIBEIRO, 2008, p.82).

A política de sobrevalorização do dólar chegaria ao fim em meados de 1980, porém este não foi o único fator importante para a criação do milagre econômico do leste asiático. O interesse dos Estados Unidos na inserção dos países asiáticos na lógica capitalista também estava relacionada a aproximação destes com uma possível ameaça da ideologia comunista que rondava a região, como Coréia do Norte e Rússia, por exemplo. Dentro deste intuito de sustentar a sua posição hegemônica, e de afastar a ameaça comunista, os Estados Unidos, iniciam um processo de transferência das grandes matrizes produtivas para os países asiáticos. Esta transferência foi favorecida por um ambiente que permitia um baixo custo de produção devido à estrutura criada pelo sistema japonês de subcontratação, que é baseado na transferência de estágios de produção para outras firmas, firmas menores ou empresas domiciliares, (RIBEIRO, 2008, p.83)

Neste contexto, se encontra a inserção da China na dinâmica das relações do Japão e com os Tigres Asiáticos. À medida que a escassez de mão-de-obra começou a afetar negativamente a lucratividade dessas empresas na metade de 1960, elas instalaram parte de suas atividades em países vizinhos, (ARRIGHI, 1997, p. 84-5). Este processo de reorganização de forças produtivas permitiu além de ganhos comerciais para todos os envolvidos uma maior integração política na região. Por isso, a ascensão da economia chinesa em meio as economias asiáticas contou com a interação com parceiros “nacionais” para se concretizar, é o caso da parceria com Hong Kong, Taiwan e Singapura, que segundo Pautasso (2006), favoreceu também os fluxos econômicos, tanto comerciais quanto financeiros.

Há diferentes abordagens que procuram compreender o percurso seguido pelos países asiáticos, como o modelo dos gansos voadores, que de maneira geral baseia-se na dinâmica das vantagens comparativas em os países da região. Outra abordagem, que não generaliza ao tratar de forma igual processos distintos é a de que o comércio intraregional no leste asiático está relacionado com a consolidação das redes produtivas internacionais (cross-border). São organizações, através das fronteiras nacionais, pelas quais se busca conduzir processos produtivos, serviços, atividades de pesquisa e desenvolvimento (BORRUS, 1996, apud RIBEIRO, 2008, p. 120).

Estas firmas possuem o objetivo de através da interação com outros países reduzir custos e aumentar a capacidade de se adaptarem a mudanças tecnológicas e exigências do mercado. O que favorece o desenvolvimento destas firmas são a proximidade geográfica e a



heterogeneidade das economias asiáticas. O que se observa é que a China através destas firmas adota uma estratégia de importar bens intermediários, para serem processados no seu país. O sucesso deste tipo de rede produtiva tem sido fundamental para o acesso de outros países a um nível industrial.

Portanto, através do sistema de subcontratação japonês e as redes de produção (tanto firmas asiáticas como afiliadas de companhias multinacionais americanas e europeias) países como Japão, Cingapura, Hong Kong e Taiwan, passaram a transferir atividades mais intensivas em trabalho para países que funcionavam como plataformas exportadoras, como a China e os países da ASEAN. Segundo Riberiro, (2008, p. 121) esta dinâmica de produção dentro do Leste Asiático, também é conhecido como *“triangular trade partner”*. Neste modelo, novas economias industrializadas (NEIs), e economias altamente industrializadas como o Japão, transferem bens de capital e bens intermediários sofisticados, para países como a China e ASEAN, onde são processados e exportados para a mercados da europeus e americanos.

Como é possível verificar a partir dos anos de 1990, as participações das importações asiáticas dão um salto significativo. No mesmo período há a inserção de países como a Coréia e Taiwan com quem a China não realizava importações. Os mesmo países de 1990 para 1995 cresceram as importações em 8% e 11,2% respectivamente. O mesmo crescimento se observa nas importações provenientes dos países da ASEAN, como Malásia, Indonésia e Tailândia, que saem de uma participação de 3% em 1980 para gradualmente em 2006, 10% das importações da China provir destes países. Já nos países mais desenvolvidos como Japão, Estados Unidos e os países europeus observam-se uma queda na participação das importações chinesas.

**Tabela 2 : China – Importações por países de origem (% do valor total pela China)**

	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006
<b>USA</b>	20	12	12	12	10	7	7
<b>Europa</b>	20	28	28	16	14	11	11
<b>Japão</b>	27	36	14	12	18	15	15
<b>Coréia</b>	0	0	0	8	10	12	11
<b>Hong Kong</b>	3	11	27	7	4	2	1
<b>Taiwan</b>	0	0	0	11,2	11,3	12,6	11,6
<b>ASEAN</b>	3	3	7	8	9	11	10
<b>Outros</b>	27	10	12	15,8	23,7	29,4	33,4
<b>total (%)</b>	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: INTERNACIONAL Monetary Fund, 2007, apud RIBEIRO, 2008, p.123.

Os dados da parcela das exportações desses países dirigidos a China, permitem observar um crescimento significativo entre os países da ASEAN e os Tigres Asiáticos, confirmando a presença do modelo “*triangular trade partner*”.

**Tabela 3: Exportações dos países para a China (% das exportações de cada país)**

	1980	1985	1990	1995	2000	2002	2003	2004*	2005*	2006*
<b>Japão</b>	3,9	7,1	2,1	5	6,3	9,6	11,1	13	13,4	14,3
<b>Coréia</b>	0	0	0	7	10,7	14,7	16,2	19,6	21,7	21,34
<b>Hong Kong</b>	6,3	26	24,8	33,3	34,5	39,3	46,4	43,03	44,64	46,3
<b>Cingapura</b>	1,6	1,5	1,5	2,3	3,9	5,5	6,4	7,7	8,6	9,7
<b>Indonésia</b>	0	0,5	3,2	3,8	4,5	5,1	5,4	7,1	7,7	8,27
<b>Malásia</b>	1,7	1	2,1	2,6	3,1	5,6	6,8	6,7	6,5	7,24
<b>Filipinas</b>	0,8	1,8	0,8	1,2	1,7	3,9	3,9	6,1	6,3	7,15
<b>Tailândia</b>	1,9	3,8	1,2	2,9	4,1	5,2	6,9	7,3	8,2	9
<b>União Européia</b>	0,8	1,8	1,2	2,2	2,7	3,4	3,5	3,8	4,1	4,4
<b>Estados Unidos</b>	1,7	1,8	1,2	2	2,1	3,2	3,6	4,24	4,6	5,3

Fonte: MORAIS, 2005. \*UN Comtrade, 2006, apud RIBEIRO, 2008, p. 124

Neste contexto, afirma Valéria:

Países como Hong Kong e Taiwan, por exemplo, passam a ver a China como um centro de processamento de exportações, enquanto que a própria China passa a fortalecer seu comércio com as economias centrais. É sobretudo com base nesse aspecto que se pode entender a inserção da China na dinâmica de comércio regional. Isto porque, como resultados de elementos específico da política comercial chinesa, ligadas à atração de investimento e à importação de bens intermediários para processamento e reexportação (...) observa-se um processo cada vez mais intenso de deslocamento dos investimentos asiáticos para a China. (RIBERIO, 2008, p. 122)

Como apresentado à expansão da economia chinesa nos anos 1990, a partir da dinâmica entre os países do leste asiático é expressivo. O crescimento da economia chinesa no período de 1984 a 1995 foi em torno de 10,2% a.a, onde as exportações chinesas saltaram de US\$ 27,4 bilhões em 1985 para US\$ 148,8 milhões em 1995. Segundo Suleiman (2008, apud Bertoluzzi, 2008, p.44) aponta crescimento no índice entre importações e exportações em relação ao PIB de 17% em 1984 para 44% em 1995, sendo que em 1978 essa taxa era de 10%. O desenvolvimento econômico chinês resultou em um crescimento de PIB de US\$ 240 bilhões para US\$ 1,4 trilhão entre 1978 e 2003.

Devido às reservas cambiais e um rígido controle do fluxo de capitais financeiros, a China não sofreu com os efeitos da crise financeira asiática (1997-98), sua estabilidade

financeira permitiu crescer 8,8% e 9,7% em 1997 e 1998, segundo Bertoluzzi (2008, p. 44). Todavia a crise financeira levou a China a programar estratégias para diminuir a vulnerabilidade econômica frente às instabilidades de mercado internacional. Foram direcionados recursos em obras de infraestrutura como hidrelétricas, gasodutos e ferrovias, principalmente interligando o interior do país com o litoral, com o intuito de diminuir as desigualdades regionais. De fato observou-se que com a inserção da mão-de-obra do campo e da cidade, houve um aumento real do salário médio, que cresceu de 3% a.a em 1995-97 para 13% a.a pos 1998. Segundo Pautasso:

Entre 1999 e 2004 foram investidos US\$ 500 bilhões de dólares no oeste do país em mais de 50 mil pequenas, médias e grandes obras de infraestrutura. Para ilustrar algumas das obras mais importantes, podemos citar: as usinas hidroelétricas de Ertan e Três Gargantas; a ferrovia de 1.125 km ligando Lhasa (Tibet) a Golmut (Qinghai); o gasoduto oeste-leste, de 4.221 km, ligando Lunnan, no Xinjiang, a Shanghai, entre outros. No mesmo caminho, a atrasada municipalidade autônoma de Chongqing, no curso médio do Yang Tse, três vezes maior do que a Bélgica, tem recebido vultosos investimentos para transformar-se na Chicago da China – numa referência ao papel de entroncamento ferroviário e mercado redistribuidor da produção agrícola das novas áreas, desempenhado por Chicago na continentalização da economia americana. (PAUTASSO, 2006, p. 28).

Como visto, é possível atribuir o sucesso do modelo de desenvolvimento chinês, a capacidade do Estado chinês de inserir-se na divisão regional de trabalho do Leste Asiático ao mesmo tempo em que foi capaz de promover condições estruturais capazes de superar estrangulamentos e condicionantes internos. Para Suleiman (2008, apud Bertoluzzi, 2008, p.45), os altos investimentos realizados em educação, tecnologia, e na redução da pobreza, permitiram que em pouco mais de 20 anos, o índice de pobreza caísse de 49% para 6,9%, como resultado do crescimento econômico.

Portando, seja através de uma gradativa transição de uma economia de forte e rígido comando para uma economia de mercado, ou pela capacidade de diferenciar sua produção em direção a produtos cada vez mais intensivos em tecnologia, a China parece estar conseguindo se diferenciar dentre os demais países em desenvolvimento e mesmo do Leste Asiático.

### 3.3 ANOS 2000: NOVO CICLO DE EXPANSÃO CHINÊS E APRIMORAMENTO INDUSTRIAL

A partir dos anos 2000, a China entra em um novo ciclo de crescimento, isto se apresenta pelo aumento dos esforços do Estado no aumento da inserção externa, ampliação da

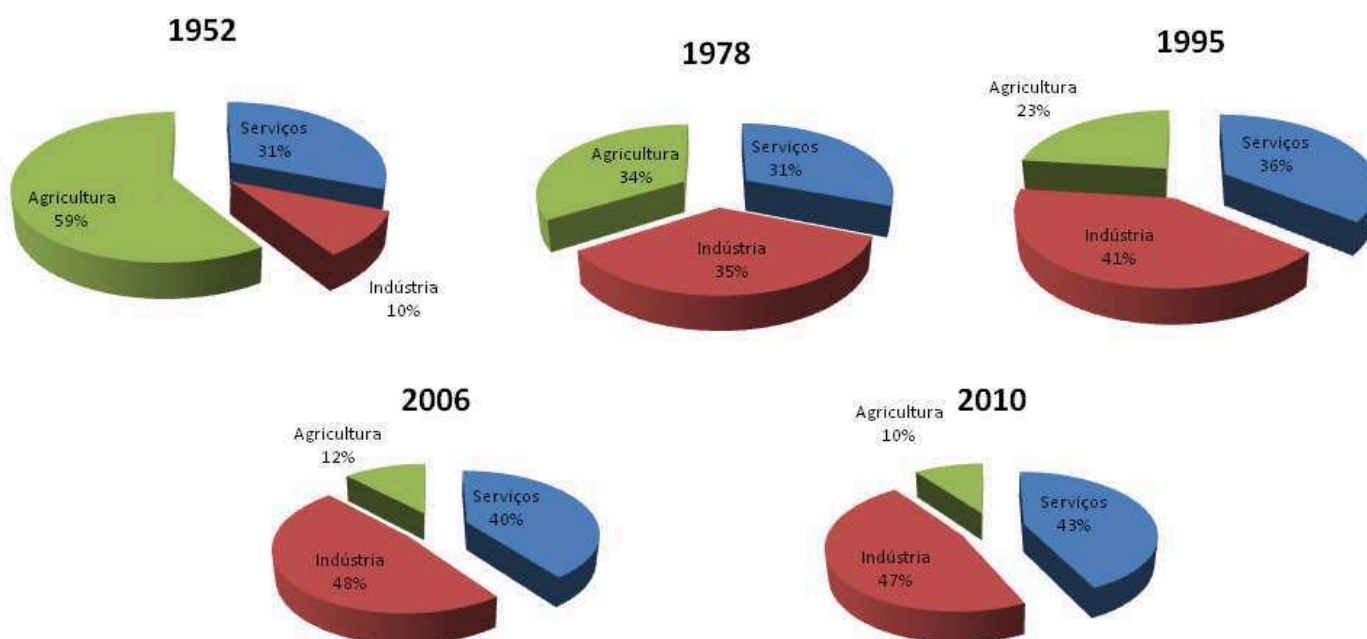
indústria pesada, urbanização, diminuição da desigualdade e principalmente na capacidade de inovação. (RIBEIRO, 2013, p. 79).

O aumento no investimento na indústria pesada e infraestrutura fizeram com que a China demandasse uma quantidade muito maior de recursos naturais e energéticos, para abastecimento da indústria. Neste período a China tornou-se um grande importador de bens primários como minério de ferro, aço e o petróleo, além da ampliação da extração do carvão, fazendo da nação chinesa a maior emissora de CO<sub>2</sub>. Como se verá, a expansão chinesa ao acesso a matérias-primas influencia nos preços das commodities e afeta os países periféricos exportadores tradicionais deste bem.

A China do início do século é um país bem diferente daquele pós reforma do partido comunista, se tornou mais urbano, e com a participação no produto cada vez maior dos setores de indústria e serviços. Segundo Valéria (2013, p. 81) a China se tornou o terceiro maior mercado de automóvel e quarto produtor mundial.

Como se verifica nos gráficos abaixo se inicia na economia chinesa desde 1978, um processo de transformação dos condicionantes do PIB, demonstrando uma crescente participação da indústria, ao mesmo tempo em que há uma diminuição do setor agrícola. Esta trajetória demonstra um novo ciclo de expansão, baseado na importância da indústria, impulsionada pelos gastos com infraestrutura e pelo consumo de automóveis.

**Gráfico 2 – China: PIB por setor (agricultura, serviços, indústria) participação no total (1952-2010)**



Fonte: MADDISON, 1995; ano 2010 = World Bank, WDI, 2013, apud RIBEIRO, 2013, p. 81

Apresenta-se também neste mesmo momento um crescimento exponencial das exportações chinesas. Segundo Nonnenberg (2010, p.4), o saldo em conta corrente chinês saltou de US\$ 27 bilhões de dólares em 1997 e 2002, para era em torno de US\$ 372 bilhões em 2007. A China avançou também nas reservas internacionais que até 1998 eram inferiores a US\$ 150 bilhões, para em 2008 alcançarem o nível de US\$ 2 trilhões. Este aumento do fluxo tem como um dos determinantes o crescimento dos investimentos diretos externos (IDEs), motivados pela inserção da economia chinesa na Organização Mundial do Comércio, em 2001.

O processo de adesão deste país durou 15 anos, e foi lento por dois motivos principais: a primeira foi a transição do GATT para a OMC, que ampliou sua agenda para novas áreas como serviços, investimento, barreiras não-tarifárias e propriedade intelectual. Em segundo lugar, a intervenção do Estado chinês na economia, que promoviam práticas como *Antidumping* e medidas compensatórias, caracterizadas como desleais segundo os termos da OMC. O Estado Chinês precisou se adequar a diversas exigências da organização, como por exemplo, o fim dos subsídios aos produtos agrícolas e à exportação, contudo na prática, a reforma de maior abrangência foi a diminuição nas tarifas de importação, segundo Naidin, Brandão e Viana:

(...) a tarifa de importação aplicada pela China em mais de 5.000 produtos foi reduzida de uma média de 43,2% para 9,8%, após o período de transição. No setor de serviços, o país tornou-se o quarto maior exportador e o terceiro maior importador. Houve também diversificação dos parceiros comerciais chineses, principalmente no que se refere à relação com os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos: o comércio com países de menor desenvolvimento relativo, por exemplo, cresceu 24% desde que a China se tornou membro da OMC. O país tornou-se o maior parceiro comercial de Brasil, Austrália, Japão e África do Sul em 2010 e está entre os três principais parceiros comerciais dos Estados Unidos e da UE (NAIDIN; BRANDÃO; VIANA, 2012, p. 10).

Outro aspecto importante, foi a ampliação do Acordo sobre os Direitos Intelectuais (TRIPS, siga em inglês), segundo Nonnenberg (2010, p.205), durante anos a permissão a empresas estrangeiras esteve condicionado a compromissos no sentido de realização de transferência de tecnologia ou abertura de centros de Pesquisa e Desenvolvimento no país, esta pratica que passou a ser ilegal a partir da adesão a OMC. A adequação da China aos termos deste acordo foi um sinal muito positivo para as empresas que visavam instalarem-se em seu território, ou ampliarem seus investimentos direto externo no país.

As reformas necessárias na economia chinesa em prol da adesão a OMC deram brecha para uma série de regulamentações comercial no país. Estas leis, uma vez em conformidade

com os princípios da OMC, ao criarem um ambiente propício ao comércio, estimularam o investimento internacional.

Contudo conforme afirma Bertoluzzi (2008, p.47), ainda há divergências sendo tratadas perante a OMC, quanto à política de desvalorização cambial da China, as reclamações afirmam que esta é uma prática artificial sustentada pelo governo. Outras divergências envolvem o favorecimento de empresas nacionais nos processos de licitações, tarifas e restrições de exportação e subsídios concedidos a empresas nacionais.

A mudança na pauta de exportações chinesa nos últimos 20 anos é outro aspecto de grande relevância como condicionante do crescimento desta economia.

Resultado de um aprimoramento industrial chinês, a mudança na pauta de exportações é notável quando se observa um aumento no conteúdo tecnológico de suas exportações. No período de 1985-2003, a participação dos produtos de baixo nível tecnológico, como calçados, brinquedos e vestuário, eram de dois terços das exportações chinesas. Enquanto que em 2003 as exportações de bens de alto nível tecnológico já correspondiam a aproximadamente 40% das vendas, para a partir de 2005 os bens primários somarem (2,9%) e de bens intermediários (37,1%) (UNComtrade, 2008, apud RIBEIRO, 2008). Esta evolução no quadro de exportações da economia chinesa pode ser explicada pela compreensão chinesa de que a industrialização seria a única via para o desenvolvimento econômico.

Como é possível verificar no gráfico e tabela abaixo, a pauta de exportações chinesas se possuem uma concentração em maquinário, em torno de 42% do total exportado em 2013. Enquanto que calçados e vestuário representam 5% do total exportado. Estes índices apresentados pela economia chinesa vão ao encontro do aprimoramento da pauta de exportação chinesa, que passou de uma economia exportadora de calçados e brinquedos para uma economia exportadora em bens intensivos em capital e tecnologia.

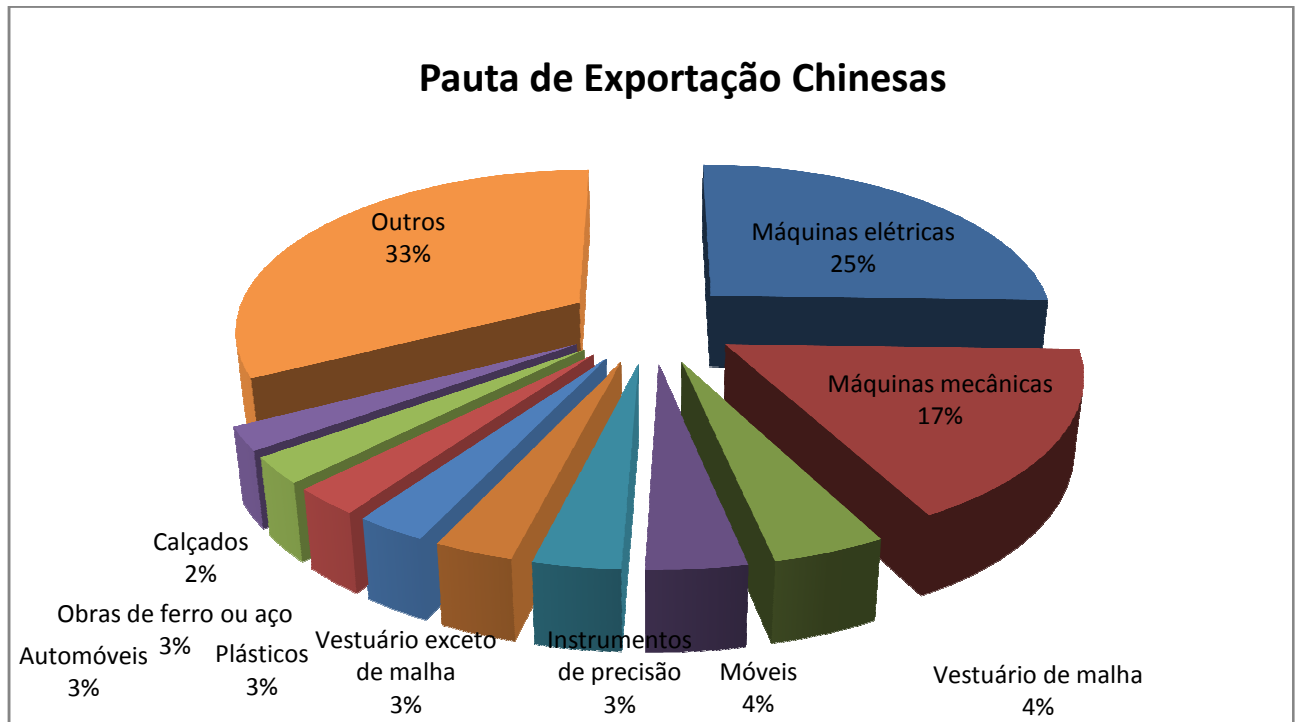
**Tabela 4 – Pauta das exportações chinesas em US\$ Bilhões – 2013**

Pauta das exportações chinesas - US\$ Bilhões		
Descrição	2013	Part.% no total
Máquinas elétricas	562	25,4%
Máquinas mecânicas	373	16,9%
Vestuário de malha	97	4,4%
Móveis	86	3,9%

Instrumentos de precisão	75	3,4%
Vestuário exceto de malha	68	3,1%
Plásticos	62	2,8%
Automóveis	59	2,7%
Obras de ferro ou aço	57	2,6%
Calçados	51	2,3%
<b>Subtotal</b>	<b>1.490</b>	<b>67,4%</b>
<b>Outros</b>	<b>721</b>	<b>32,6%</b>
<b>Total</b>	<b>2.211</b>	<b>100%</b>

Fonte: MRE – Ministério das Relações Exteriores, 2014

**Gráfico 3 – Pauta das exportações chinesas – US\$ Bilhões - 2013**



Fonte: MRE – Ministério das Relações Exteriores, 2014

Observa-se que as importações de 2013 possuem também uma predominância de máquinas elétricas, com 20% de participação do total importado, esta predominância pode ser explicada de duas maneiras, a primeira, é que a China importa máquinas elétricas para reprocessamento e exportação, a segunda, pode ser justificada, pela necessidade importação de maquina para suprir as necessidades da matriz industrial chinesa. Entretanto, o que mais se destaca nestes índices, é a presença do grupo de combustível, leia-se petróleo, e minérios, com 14% e 7% de participação do total importado em 2013, respectivamente. Sendo assim

pode-se afirmar que tais índices confirmam a mudança de perfil da economia chinesa, de exportador de minério e petróleo, para um dos principais importadores deste insumo.

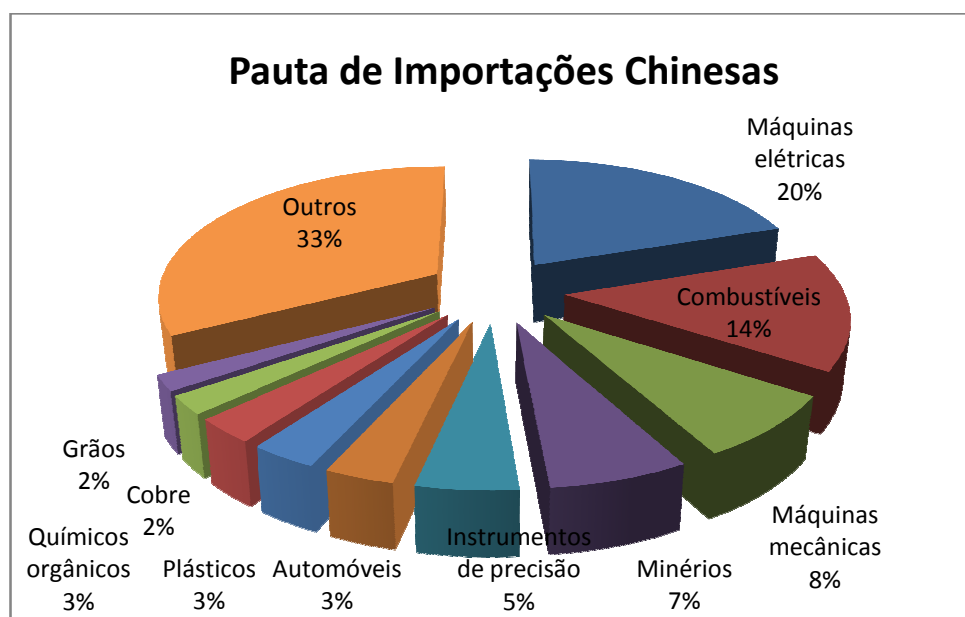
**Tabela 5 – Pauta das importações chinesas em US\$ Bilhões - 2013**

Pauta das importações chinesas - US\$ Bilhões		
Descrição	2013	Part.% no total
Máquinas elétricas	439	22,5%
Combustíveis	315	16,1%
Máquinas mecânicas	171	8,8%
Minérios	148	7,6%
Instrumentos de precisão	108	5,5%
Automóveis	74	3,8%
Plásticos	72	3,7%
Químicos orgânicos	66	3,4%
Cobre	50	2,6%
Grãos	43	2,2%
<b>Subtotal</b>	<b>1.490</b>	<b>76,2%</b>
<b>Outros</b>	<b>721</b>	<b>23,8%</b>
<b>Total</b>	<b>2.211</b>	<b>100%</b>

Fonte: MRE – Ministério das Relações Exteriores, 2014



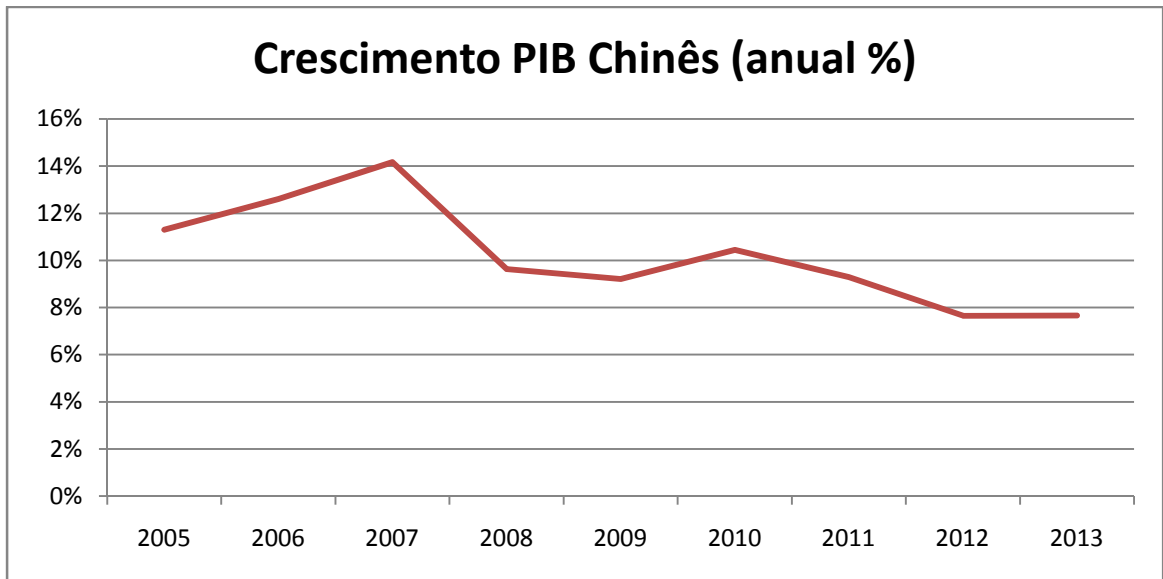
**Gráfico 4 – Pauta das importações chinesas – US\$ Bilhões - 2013**



Fonte: MRE – Ministério das Relações Exteriores, 2014

Outra transformação que se observa neste período consiste na mudança de perfil da economia chinesa, de principal destino de IDE, para também fonte de IDE para as economias mundiais. A China nos últimos anos passou a investir em economias em desenvolvimento, pautada na necessidade de recursos energéticos a China tem praticado a estratégia de Going Global com o envio das suas grandes nacionais

Por possuir uma economia extremamente aberta, a China esteve mais exposta a crise de 2008 e a desaceleração que se seguiu a ela. O PIB chinês já vinha de uma desaceleração – ainda que a altos níveis – do PIB, desde que atingiu seu maior nível de crescimento em 2007, com 14% de crescimento anual. Desde então, verifica-se uma desaceleração que se acentua próximo a 2008, mas logo retoma o crescimento em 2009, para então seguir um declínio suave a partir de 2010, estabilizando-se em 2012 e 2013, em 8% de crescimento anual.

**Gráfico 5 – Crescimento do PIB chinês – Porcentagem anual**

Fonte: Word Bank, 2014

#### 4 CHINA: MATRIZ ENERGÉTICA E DE BENS PRIMÁRIOS

Retornando ao discurso do determinismo geográfico (‘‘geografia é destino’’), autores como Jared Diamond, defendem que a riqueza de um país depende de seu meio ambiente e topografia, todavia, pode-se interpretar que ao seguir a via da industrialização como alternativa para o crescimento, a China fez uma crítica pertinente a esta premissa. E continua fazendo, na medida em que lança iniciativas de aquisições de minas e extração de bens primários ao redor do mundo, como forma de sobrepor às limitações de seu meio ambiente.

A terra arável disponível na China é de 12%, utilizando uma medida mais útil, que é de número de pessoas por unidade de terra arável, tem-se que, a China possui uma taxa de aproximadamente 0,08 de terra arável por habitante, se comparado com a taxa dos Estados Unidos, em torno de 0,51, a China possui uma das menores taxas de terra arável por habitante. Segundo Dambisa (2013, p.37), entre 1997 e 2008 a área de terras aráveis na China caiu em 12,31 milhões de hectares, boa parte deste declínio é explicada pelo crescimento dos centros urbanos. Das terras não destinadas a moradia e produção fabril, sobram as terras destinadas como fontes de nutrição, porém segundo a autora, um sexto da terra arável na China está contaminada por metais pesados e erosão, somado a desertificação, mais de 40% da terra do país não possui qualidade para o plantio. Sendo assim o desafio chinês consiste em alimentar 26% da população mundial com 6% das terras agráveis do planeta.

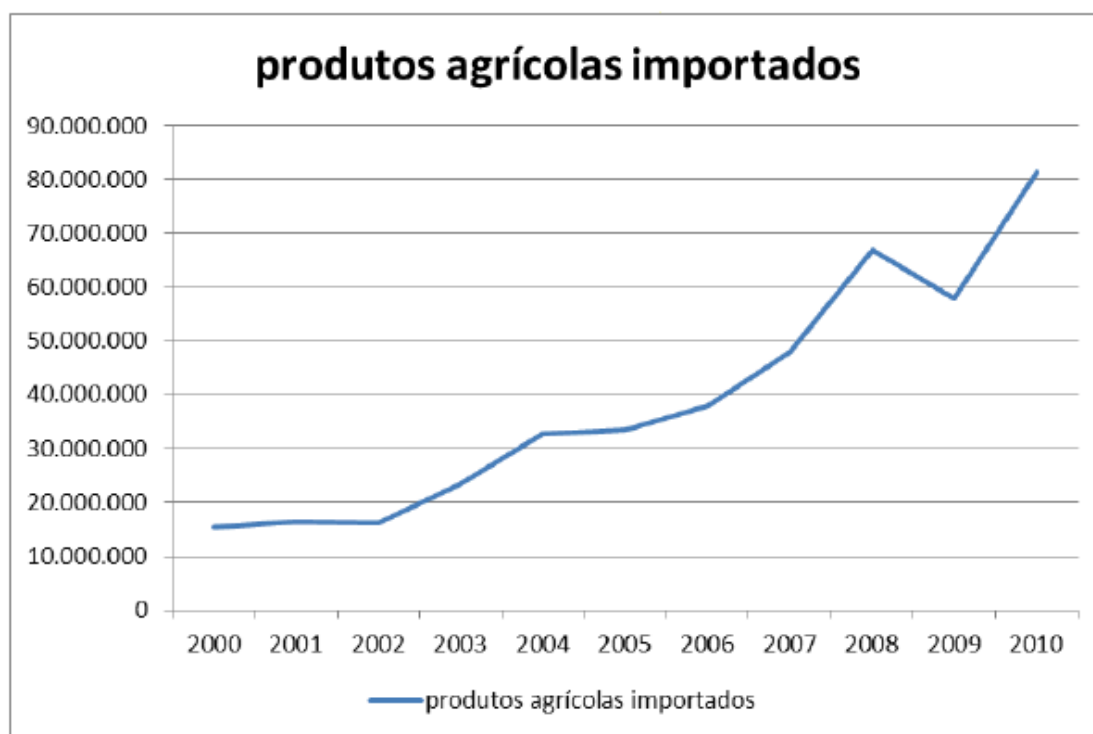
Este cenário de escassez de terras destinadas à produção doméstica de alimentos significa consideráveis pressões na demanda alimentar. Por este motivo o Estado chinês tem promovido uma campanha de aquisições e arrendamentos de terras férteis em locais como África e América do Sul, como forma de garantir o suprimento de alimentos no longo prazo. Ainda que grande parte das importações de produtos agrícolas da China seja proveniente dos Estados Unidos – apenas a soja respondia por mais da metade dos quase 18 milhões de dólares das exportações agrícolas dos Estados Unidos, seguida de algodão, rações de animais e couros - (MOYO, 2013, p.37).

A aproximação chinesa do continente africano e sul americano visando seus recursos naturais são de fácil compreensão. Em primeiro lugar, a África e a América do Sul representam fonte alternativa de alimentos, e permitem que a China diminua a sua dependência dos Estados Unidos para seu sustento alimentício, em segundo lugar, por mais que a taxa de terra arável na África (8%), e da América Latina e Caribe (7%), não sejam altos, se comparados com EUA e Canadá (11%), a taxa de densidade populacional é comparativamente baixa, em torno de 60 pessoas por quilômetro quadrado na África e 70 na

América Latina e Caribe, na China a taxa de densidade populacional é em torno de 140 pessoas por quilometro quadrado, o dobro do continente latino americano e mais do que o dobro do continente africano. Em terceiro lugar, a China tem interesse na aquisição e arrendamento de terras para produção própria dos produtos agrícolas, nisso tanto Canadá quanto EUA apresentam problemas, no que se refere à posse de terra e direitos de propriedade.

Ainda que a China tenha se empenhado na industrialização do campo para aumento da produtividade, o nível ainda esta aquém ao dos países desenvolvido, por este motivo, observa-se um crescimento significativo das importações de produtos agrícolas nos últimos anos.

**Figura 3 – China: Valor total dos bens agrícolas importados 2000-2010**

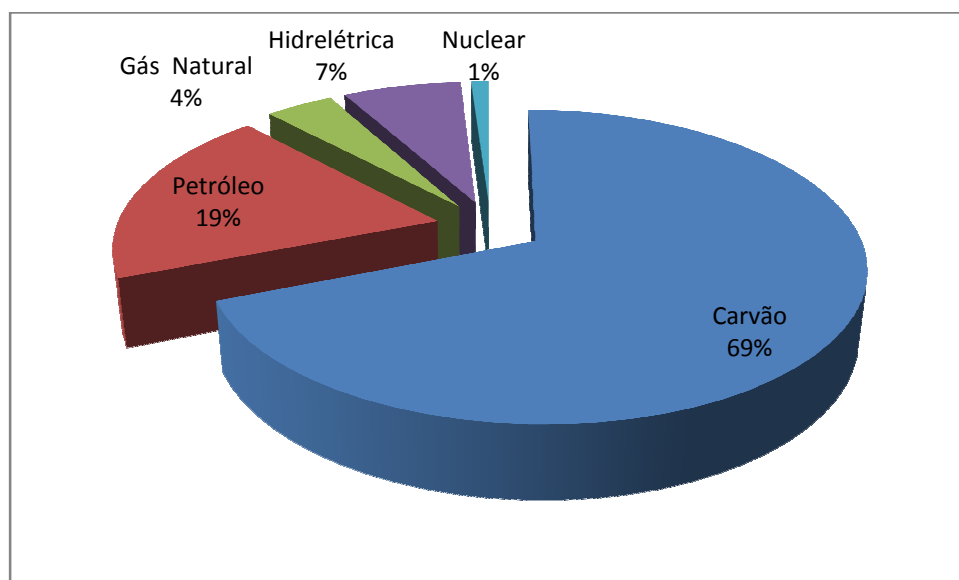


FONTE: Faostat, 2013, apud RIBEIRO, 2013, p. 90

Atualmente a matriz energética chinesa é composta especialmente por carvão, que representa 69% do consumo, seguida por petróleo com 19% do consumo total, entre outras fontes, como: recursos hidrelétricos (7%), gás natural (4%), energia nuclear (1%) e outros recursos (0,3). O consumo chinês pesadamente baseado em carvão – cerca de 3 bilhões de toneladas anualmente – colocam a China na contramão da política de desenvolvimento sustentável. Em 2009 o país foi quem alcançou o maior índice de emissão de CO<sub>2</sub> no mundo, a intenção do governo chinês é aumentar a participação da energia não fóssil na matriz

energética e em contrapartida reduzir a parcela do consumo de carvão para 59% em 2015, como meta de redução da emissão de carbono.

**Gráfico 6 – China: Matrizes energéticas, participação no total de energia consumido (2010)**



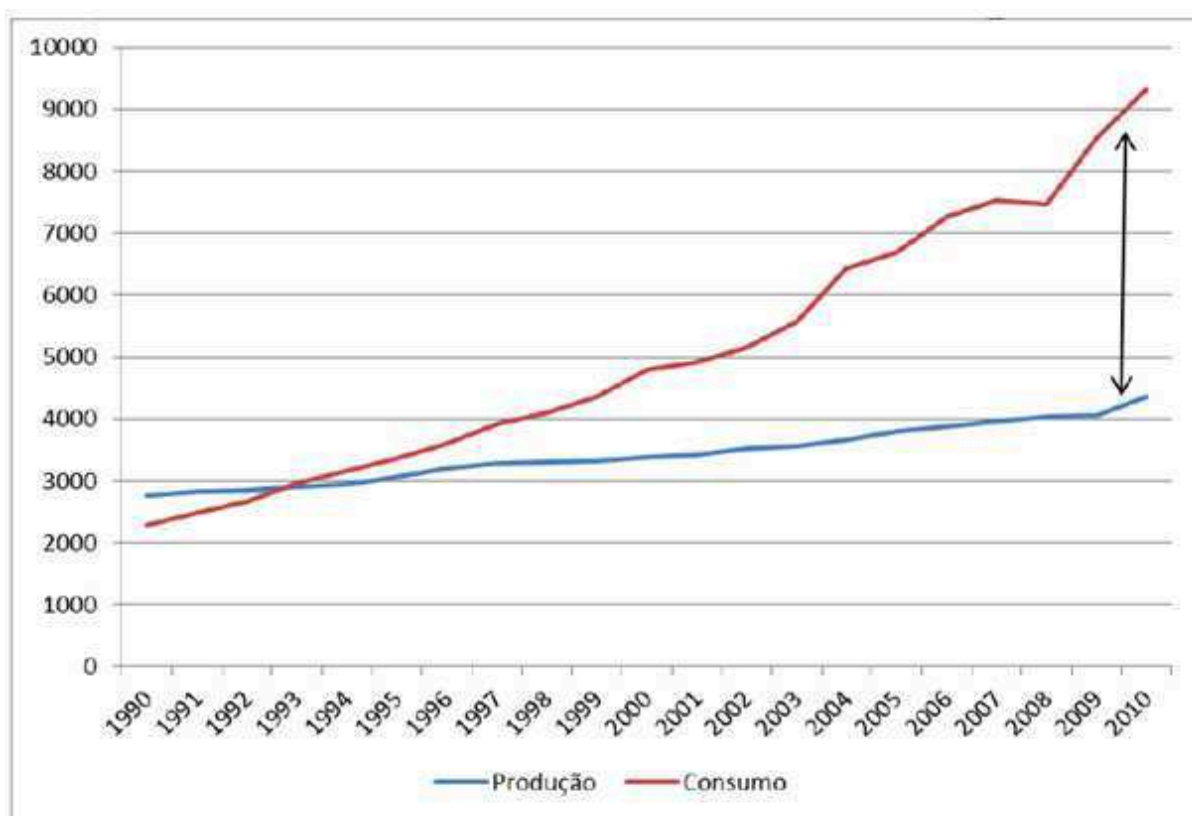
Fonte: EIA U.S. Energy Information Administration, International Statistic, 2013, apud RIBEIRO, 2013, p. 83.

Segundo Dambisa (2013, p. 68), a busca por substitutos energéticos, fez da China o atual líder global no desenvolvimento de energia eólica e solar. O país possui a maior capacidade instalada de energia eólica do mundo, cerca de 62 mil megawatts para uma capacidade global total de 238 mil megawatts. Para autora, os principais motivos das fontes alternativas de energia, ainda não serem a principal fonte de energia, reside na sua relativa infância em termos de aceitação e uso, e por estas fontes alternativas não serem diretamente intercambiáveis com fontes tradicionais de energia em muitos usos. Por este motivo, conclui-se que em um futuro próximo a economia global ainda será altamente dependente dos combustíveis fósseis, e a demanda chinesa por estes bens só tem confirmado esta teoria.

A China configura atualmente a 15ª posição nos países produtores de petróleo, e ainda que seja uma grande produtora deste bem, atingindo o nível em 2013 de 208 milhões de toneladas – um aumento de 0,6% se comparado com a produção do ano anterior - o consumo do de petróleo no mesmo período foi de 507 milhões de toneladas – um aumento de 3,8% se comparado com o consumo do ano anterior – o resultado é um déficit de 299 milhões de toneladas, (BRITISH PETROLEUM STATISTIC REVIEW, 2013). Ao realizar-se uma

análise histórica, verifica-se que até 1992 a China ainda possuía um superávit na produção de petróleo de 109 mil barris por dia, com um consumo de 2.736 mil b/d. A partir de 1993 já se verifica um déficit de 155 mil barris dia, sendo que neste período o consumo em toneladas é de 145 milhões contra uma produção de 144 milhões (BRITISH PETROLEUM STATISTIC REVIEW, 2012).

**Figura 4 – China: Produção e Consumo de Petróleo (mil barris por dia) (1990-2010)**



Fonte: EIA International Statistics, 2013, apud RIBEIRO, 2013, p. 84

Sendo assim a necessidade de importação de recursos energéticos e bens primários por parte da China, não provêm somente da incapacidade de atender a demanda com apenas sua própria matriz energética, mas também devido ao acelerado crescimento da demanda industrial para dar continuidade a sua trajetória de crescimento. A demanda da indústria por sua vez é estimulada principalmente pela maior participação dos bens intensivos em capital na pauta de exportações, e pelo aumento do consumo de bens da indústria automobilística.

Este cenário de déficit de petróleo e crescimento do consumo industrial cria a necessidade ao Estado chinês de buscar para além dos seus limites territoriais, os recursos e bens necessários para atender sua matriz industrial.

Logicamente, que neste contexto, as empresas estatais da indústria petrolífera, se enquadram dentre as maiores empresas do país. As três grandes empresas do petróleo chinesas são: a China National Petroleum Corporation (CNPC), a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e a China Petrochemical Corporation (Sinopec).

Com o intuito de tornar estas empresas mais competitivas e lucrativas, as mesmas foram incorporadas e integradas verticalmente em 1998, e a cada uma foi atribuído um papel estratégico para que tivessem condições de operar globalmente. Sendo assim, a CNPC foi designada a exploração e produção, devendo se expandir para fora comprando direitos de exploração de petróleo, inclusive na África (Argélia, Angola, Chade, Níger, Nigéria e Sudão) e também na Ásia, América do Norte e América Latina), enquanto que a Sinopec diversificou suas atividades para a área de químicos, gás natural e produtos relacionados com operação também nos países africanos principalmente Angola. A empresa CNOOC especializou-se em perfuração de poços para além do território chinês. (RIBEIRO, 2013, p. 86)

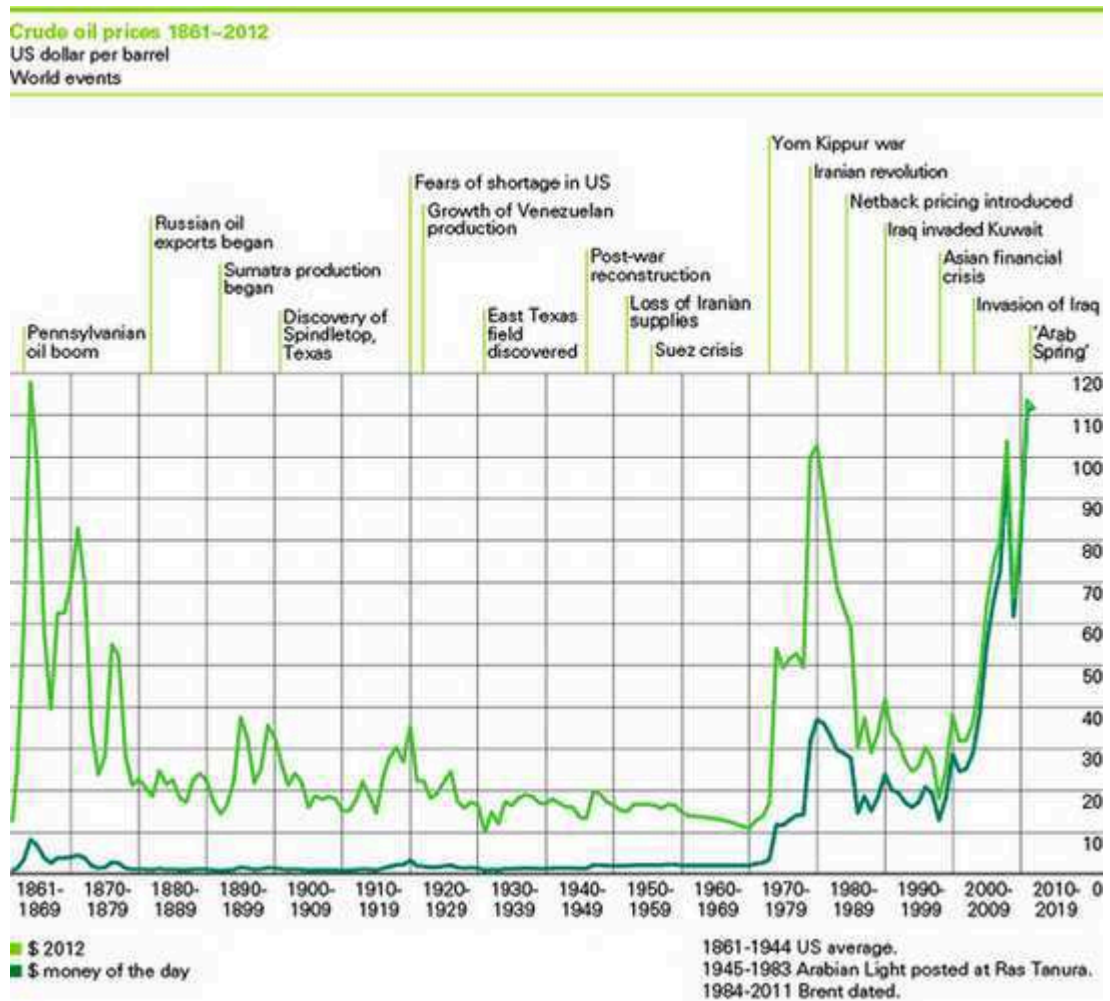
Todas estas empresas chinesas operam cada vez mais fora do país, a partir da maior dependência do petróleo externo. A busca pela segurança energética tem tido uma forte influência na política externa da China em diversas partes do mundo. As grandes estatais chinesas buscam operar em países com amplas reservas minerais, mas que não são tão visados e onde as companhias estrangeiras não querem se expor, como o Sudão, na África e o Irã no Oriente Médio. O objetivo é diversificar as fontes de fornecimento de petróleo, para não ficar dependente de apenas um país ou região. Embora o maior fornecedor das importações 86 chinesas de petróleo ainda seja o Oriente Médio (Arábia Saudita), países como Angola, Irã e Kazaquistão são estratégicos para o fornecimento de petróleo à China. (RIBEIRO, 2013, p. 85-86)

Bem verdade que a busca pela diversificação do fornecimento de petróleo, também deriva de uma questão estratégica geopolítica. Visto que tanto o petróleo, como o minério de ferro e o carvão, são bens não renováveis, a tendência de diminuição da quantidade destes bens no planeta, se torna em um problema no longo prazo, problema este, que a China já tem buscado se precaver.

Segundo Dambisa (2013, p. 53) ainda que a oferta global de petróleo tenha em grande parte acompanhado a demanda, temos assistido a uma aguda alta dos preços em consequência das tensões entre oferta e demanda.

O aumento do preço do petróleo é consequência de um aumento global da demanda e também dos desafios ao suprimento global de energia. Conforme Dambisa (2013, p. 55) em números aproximados, 60% da produção petrolífera mundial é consumida por apenas 5% dos países. Esta desigualdade cria uma pressão sobre os recursos globais, gerando uma grande inquietação entre os que dispõem os que não dispõem dessa riqueza.

**Figura 5 – Variação do Preço do Petróleo (1961-2013)**

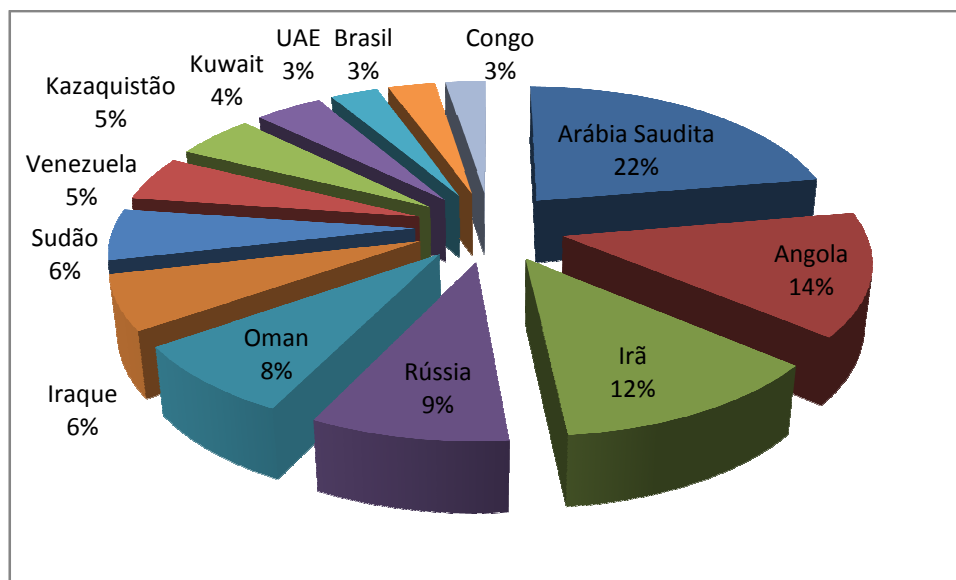


Fonte: BP (British Petroleum) Statistic Rewiew of Word Energy, 2013.

O futuro do petróleo não é o mais agradável, pois a maioria dos campos de petróleos já possuem cinquenta anos, e por isso, suas capacidades de abastecimento declina com o tempo, somado ao número cada vez menor de descobertas de novos grandes campos petrolíferos, algumas organizações internacionais, como a Agência Internacional de Energia (AIE) projetou um declínio de quase 50% na produção de petróleo convencional para 2020, enquanto que a Schlumberger, um empresa de engenharia, estima um declínio na produção de petróleo de 4,3% ao ano até 2030.



**Gráfico 7 – China: Matrizes energéticas, participação no total de energia consumido (2010)**



No que se refere aos minérios, a China também produz e possui uma grande quantidade de reservas, todavia, devido a sua alta demanda por estes bens primários, estimulada, sobretudo pelo crescimento industrial, por este motivo, a China se encontra cada vez mais dependente da oferta global destes bens.

As taxas chinesas de importação de minérios e de produção de artigos minerais são elevadas. O país já assumiu a liderança tanto na importação de minério de ferro como na produção de artigos derivados deste bem, sendo que, segundo a produção doméstica cresceu a 247% em 10 anos, enquanto que no mesmo período as importações cresceram 700%. (RIBEIRO, 2013, p. 87).

O mesmo ocorre para os demais minérios, como aço bruto, níquel, ferro gusa, ouro e prata, aonde a China também possui grandes reservas destes bens. Por exemplo, o país detém 5,5% das reservas mundiais de cobre, mas é também o maior consumidor deste insumo. A produção de aço bruto cresce cerca de 300% de 1999, e a Baosteel uma das maiores empresas chinesas de aço controla 10% do mercado mundial, e em contínua expansão. (RIBEIRO, 2013, p.87).

Portanto, embora a China possua uma área territorial extensa e abundante em recursos naturais, suas ambições desenvolvimentistas e econômicas excedem, em muitos aspectos seus próprios recursos. A necessidade de atender a demanda de uma classe média em expansão perpassa por problemas ainda maiores, que é alimentar uma população de 1,3 bilhão de

peças em crescimento. A cesta de demanda desta mesma classe média significa uma demanda crescente por energia e pelos metais e minerais brutos, necessários para a produção de automóveis, casas, geladeiras, celulares e televisões. (MOYO, 2013, p.104).

A fim de encarar esses desafios a China iniciou um movimento para além território que visa garantir o suprimento dos recursos necessários para garantir a continuidade do seu projeto de desenvolvimento econômico. Neste contexto, a China direcionou seus investimentos em países e regiões tradicionalmente ‘rejeitados’ pelo Ocidente – África, Brasil, Colômbia, Argentina, Cazaquistão, Mongólia e Ucrânia. Em uma escolha de fácil compreensão, a China tem realizado uma aproximação de países do continente africano, como Angola, África do Sul, Zâmbia e República Democrática do Congo, detentores de grandes quantidades de petróleo e minério, além de terras agricultáveis e um contingente populacional para consumo.

## 5 AS NOVAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS

As relações contemporâneas entre a China e África, com todo o seu dinamismo político, econômico e comercial é resultado de uma relação que data desde os anos 50. Desde então, as relações entre este país e o continente africano ganharam princípios, estes estimulados por motivos distintos daqueles que os geraram. Adotando da metodologia de periodização utilizada por Valéria Lopes Ribeiro (2013), pode-se classificar esta interação sino-africana em três fases distintas: a primeira de 1955 a 1970 onde predominam motivações predominantemente políticas, e uma segunda e terceira fase, respectivamente entre 1970 a 2000, e 2000 aos dias atuais, nas quais se desenvolve um “pragmatismo político e econômico.” Importante ressaltar que está presente nestas fases períodos de maior e menor intensidade nas relações sino-africanas.

A primeira fase inicia-se dentro do contexto de uma disputa de influência no continente africano entre a China e a União Soviética. Com a compreensão de que os países africanos recém independentes poderiam significar uma força importante nos assuntos internacionais, a China inicia neste período seus primeiros esforços de aproximação. Este esforço resultou na Conferência de Bandung, em 1955, com a presença de países asiáticos e africanos, que acordam e ratificam os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, no intuito de afastar destas regiões os movimentos colonialistas e imperialistas das grandes potências, como EUA e URSS. (BORTOLUZZI, 2008, p. 51).

Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, fruto da conferência de Bandung é uma importante ferramenta diplomática da China, utilizada por ela até hoje nas relações internacionais com o resto do mundo e também com a África. Os princípios são: o respeito mútuo a soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência em assuntos internos, igualdade e vantagens recíprocas, e de pacífica. (RIBEIRO, 2013, p. 92)

Segundo Menezes (2013, p. 65) ao basear suas relações diplomáticas e econômicas com os países africanos nos Cinco Princípios, a China não estabelece, por exemplo, qualquer vínculo entre seu oferecimento de cooperação e mudanças internas por parte dos governos africanos de condições políticas e sociais, tais como respeito aos direitos humanos, liberdades civis, combate à corrupção, considerados como assuntos internos de cada país. Neste sentido o fato de outros países e organizações financeiras – geralmente ocidentais – oferecerem em troca da cooperação econômica um conjunto de condições, torna a relação com a China muitas vezes mais atraente.

Os anos 50 e 60 foram marcados por um apoio chinês aos movimentos de independência, tanto na África como na Ásia e América Latina, este apoio ocorreu por meio do fornecimento de armamento e treinamento de guerrilha às forças nacionalistas de libertação, no intuito de propagar o comunismo e atrair estes países a sua esfera de influência.

Conforme indica Menezes:

À medida que os países africanos declaravam independência, a RPC oferecia reconhecimento ao novo estado e propunha relações com base nos “cinco princípios da coexistência pacífica”, obtendo, por sua vez, o reconhecimento daqueles novos países à República Popular e não à República da China (Taiwan). (MENEZES, 2013, p. 70)

Isto significa que o interesse chinês em promover e consolidar as novas amizades estabelecidas com os países africanos, não residia apenas no confronto contra o colonialismo, o imperialismo e o revisionismo no terceiro mundo, mas também por observar nos países africanos um forte apoio político em relação às intenções da China de recuperar o assento nas Nações Unidas. O que de fato se demonstrou uma ótima política, pois em 1971, o apoio dos países africanos ao pleito de Pequim foi fundamental, para que a China fosse aceita nas Nações Unidas. Segundo Menezes (2013, p. 73) O apoio dos países africanos em favor da República Popular da China, composto por 26, representou cerca de um terço dos votos obtidos por Pequim na moção. A admissão na ONU foi determinante, ainda, para que a RPC fosse reconhecida no lugar de Taiwan por 46 países, no período de 1971 a 1979.

Retornando ao contexto da primeira fase, insere-se o embargo americano à China, como retaliação a guerra da Coreia, e devido ao embargo, os chineses intensificam suas relações com a África. Este período é também marcado pela construção da ferrovia de Tanzan, que foi recusado pelas potências européias e pelos EUA, para alguns autores, esse projeto, que foi recusado pelas potências européias e pelos EUA, deu à China a oportunidade de se mostrar como potência alternativa. O objetivo dessa obra era ligar a Tanzânia e a Zâmbia, como parte do projeto de constituir uma “pan África”. Esta parceria aumentou ainda mais a influência chinesa no continente africano.

Conforme mencionado, a segunda fase das relações entre a China e a África data os anos 70, e é marcada pela conquista chinesa do assento nas Nações Unidas, que foi possível devido o apoio dado pelos estados africanos, fruto da cooperação chinesa no processo de libertação destes.

Ao final dos anos 70, que trouxe consigo o fim da Revolução Cultural e o falecimento de Mao Tsé-tung, o Estado chinês inicia um processo de reformas políticas e de abertura econômica, abandonando as motivações políticas que pautavam as relações diplomáticas com

a África, por este motivo, há uma significativa diminuição do apoio direto chinês ao continente africano. Somado a um aumento da presença das instituições internacionais (FMI e Banco Mundial) no continente, e as transformações políticas.

Para alguns teóricos como Ian Taylor os anos de 1980 foram os anos da negligência, para o autor a China neste período em que inicia seu processo de reformas, teria perdido o interesse no continente africano, a mesmo tempo em que passa a dar atenção as relações com potências como os EUA. Já para Li Anshan (ANSHAN, 2008, apud MENEZES, p.77), os anos de 1980 foram uma fase de “transição” nas relações sino-africanas. Para a China passa a partir de 1983 a adota uma nova política externa para a África, que anteriormente enfatizava a “guerra e a revolução” para outra, que defende “a paz e o desenvolvimento”, literalmente a política chinesa mudava de uma “economia a serviço da diplomacia” para uma “diplomacia a serviço da economia”.

É certo que os anos 1980 foram marcados por uma reavaliação por parte de Pequim sobre suas relações com a África. Um novo paradigma de relacionamento com o continente se iniciava, motivado pela cooperação econômico-comercial em nome do desenvolvimento conjunto. (DE MENEZES, 2013, p. 78).

Nos anos 90 a China intensificou sua atenção aos países do Terceiro Mundo. Neste período, pautada pela política de Going Out, as relações econômicas de cooperação comercial e expansão ao investimento com a África foram aprofundadas, bem como as relações políticas e militares.

A terceira e atual fase das relações sino-africanas inicia-se em 2000, com a criação do Foro de Cooperação China-África (FOCAC), que se tornaria o principal instrumento da diplomacia chinesa para a África. Para Menezes (2013, p.85), a diplomacia chinesa dava uma nova forma ao relacionamento com a África, por meio da construção de estrutura institucional específica, o que nunca havia sido aplicado nas relações com outro grupo de países ou região.

A partir da FOCAC foram adotados a Declaração de Pequim e o Programa para a Cooperação Sino Africana de Desenvolvimento Econômico e Social. O primeiro trata do compromisso das relações sino-africanas com a Carta das Nações Unidas, a importância da solução de conflitos por meios pacíficos, a promoção da paz, o respeito aos direitos humanos dentre outros. Enquanto que a segunda adoção se refere a ações que inserem no contexto da cooperação Sul-Sul e consolida os cinco princípios já mencionados previamente. (MENEZES, 2013, p. 87).

A realização deste primeiro encontro permitiu que a China deixa-se claro o seu posicionamento de respeito mútuo e não condicionalidades, além disso, o país anunciou

diversas medidas como redução ou cancelamento de débitos de países africanos, ajuda financeira e o apoio a companhias chinesas que investissem na África, fazendo com que alcançasse uma posição de destaque junto aos africanos e de vantagem perante outros países que também possuem relações com o continente africano.

Desde o primeiro encontro em 2000 até este ano 2014, já foram realizados no total quatro encontros da FOCAC (2000, 2003, 2006 e 2009). Neste ínterim a China expandiu a sua ajuda a África, com maior promoção da cooperação na esfera de recursos humanos e a concessão de tarifas zero a diversos produtos exportados pelos países africanos para a China. As relações econômicas abrangem desde o setor de comércio a serviços, com acordos de cooperação de turismo na África. O intercâmbio de profissionais e estudantes financiados pela China também foram praticados<sup>3</sup>. Na área da agricultura o governo chinês através do Addis Ababa Action Plan (2004-2006) a China se comprometia em o setor de agro-infraestrutura, segurança alimentar e manufatura agrícola, principalmente do EximBank, banco de financiamento chinês, que daria aporte financeiro as empresas com projetos no setor agrícola. Neste período também houve a criação do China-África Development Fund (CADFund), fundo de desenvolvimento com foco em empresas da área da agricultura, manufatura e infraestrutura, e também empresas da área de recursos naturais, como as petrolíferas e minerais. (MENEZES, 2013, p.94)

Conforme apresenta Menezes,

Apesar de todo o esforço institucional empreendido pelo governo chinês e dos diversos projetos de cooperação já realizados, para Taylor (2009) é difícil afirmar que existe uma única política externa chinesa dirigida à África. Isto se deve ao fato de que, para o autor, é praticamente impossível falar na China como uma entidade única, monolítica, de modo que a política chinesa na África é colocada em prática não por uma entidade única, mas por uma crescente gama de atores que perseguem diversos interesses e objetivos. (MENEZES, 2013, p. 95)

Inicialmente baseado no interesse ideológico e da revolução, as relações sino-africanas evoluíram e passaram a possuir um novo perfil, baseado no interesse econômico e na manutenção da paz.

A adoção de um posicionamento estratégico da China em relação à África, pautado na cooperação econômica em busca do desenvolvimento econômico deriva de uma crescente necessidade de abastecimento de recursos energéticos e bens primários para dar continuidade do crescimento industrial chinês.

A partir deste contexto, a China passou a articular políticas de cooperação com regiões potências no fornecimento destes recursos, ficando evidente na criação da FOCAC, para os

---

<sup>3</sup> Treinamento de 15 mil profissionais africanos; aumento de duas vezes número de vagas para alunos africanos em universidades chinesas; envio de 100 profissionais agrícolas e 300 voluntários para apoio técnico à África;

países africanos. Por meio do Foro a China tem conseguido importantes iniciativas de cooperação em diferentes setores, de maneira que através de cancelamentos de débitos e aumento dos investimentos sem condicionalidades, a China tem fortalecido suas relações com os países africanos, de forma significativa.

## **6 A EXPANSÃO CHINESA NA ÁFRICA: COMÉRCIO, INVESTIMENTOS E FLUXOS FINANCEIROS**

Desde que a China adotou as políticas de reforma econômica proposta por Deng Xiaoping, com a criação das ZPE's e uma maior integração com países asiáticos, o comércio externo tem sido um dos principais pilares do crescimento econômico chinês.

A expansão das exportações e o crescimento das importações de bens primários e recursos energéticos, são aspectos essenciais para a manutenção da estabilidade interna do país e para a própria legitimidade do poder do Partido Comunista Chinês. (RIBEIRO, 2013).

Ainda que os principais parceiros econômicos continuem sendo os grandes players, como os Estados Unidos, Europa e Japão, para onde a China exporta a maior parte dos produtos manufaturados. O país tem aumentado significativamente a sua interação com os países em desenvolvimento, ou segundo a literatura de Arrighi os países semiperiféricos. Esta interação tem ocorrido tanto através da expansão das importações dos produtos

Não é exclusividade apenas do continente africano, pois este mesmo posicionamento chinês se observa nos países da América Latina, como no Brasil, é o caso recente dos celulares da empresa chinesa Xiaomi que prepara chegada no mercado brasileiro ainda em 2014. Na medida em que a China continua seu processo de importação dos bens primários brasileiros.

Esta aproximação chinesa com os países em desenvolvimento, não somente reduz o comércio chinês com as economias centrais, como também amplia o comércio sul-sul e colabora para ampliação do grau de autonomia dos países em desenvolvimento em relação às economias centrais (RIBEIRO, 2013).

### **6.1 COMÉRCIO CHINA E ÁFRICA: PRINCIPAIS PAÍSES E PRODUTOS**

A China tem se consolidado cada vez mais como fábrica do mundo e um dos principais pólos do comércio mundial, tal aspecto permite que a China se torne cada vez mais um grande investidor global. O seu nível de IDE externo corresponde ainda a uma parcela pequena do IDE mundial, todavia tem sido crescente.

Neste contexto segundo Ribeiro, (2013, p.99) os investimentos diretos chineses na África também vêm crescendo, mesmo que ainda representem uma parcela pequena dos IDEs chineses totais (US\$ 2,0 bilhões de dólares em 2010). Em 2003 os investimentos na África somavam apenas US\$ 73 milhões de dólares. De 2004 para 2010 o crescimento dos IDEs foi de



mais de 500%. (Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment, vários anos, apud RIBEIRO, 2013).

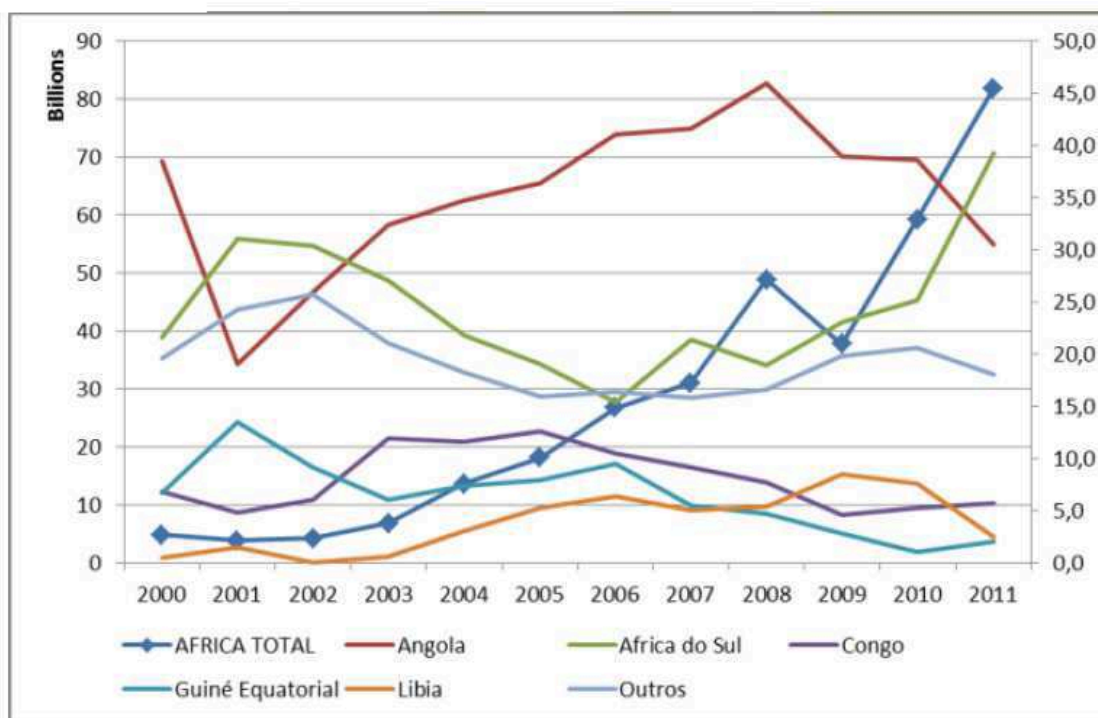
Atualmente a China se tornou o principal parceiro comercial da África, esta posição foi conquistada pela China de maneira gradual. Nos anos 90 as exportações africanas para a China eram praticamente inexistentes, e a África tinha como principal destino a Europa com 40% das exportações africanas. Este processo de substituição teve início principalmente a partir de 2000, com a criação da FOCAC e o perdão de dívidas africanas, fazendo com que as exportações africanas destinadas a china passasse de 0 em 90 para 11% em 2009 e as exportações destinadas a Europa caíssem de 40 para 31%. (Ribeiro, 2013)

No período entre 2002 a 2009 as importações chinesas derivadas de toda a África cresceram cerca de 35%. Os produtos importados pela china de toda a África no ano de 2002 somavam em torno de US\$ 5,4 Bilhões de dólares, saltando para mais de US\$ 67 bilhões em 2010. Mas exportações chinesas também observa-se um crescimento de cerca de 31%. (UNComtrade 2010, apud RIBEIRO, 2013).

Ainda que o crescimento dos fluxos comerciais entre China e África impressionem, verifica-se que estas transações ocorrem de maneira bastante concentrada, e que a dinâmica intensiva do capital ocorre com um número restrito de países africanos, principalmente no caso das importações.

Como é possível verificar no gráfico abaixo, África do Sul e Angola lideram os países com maior nível de exportações a China, seguidas por Congo e Guiné Equatorial, representando cerca de 80% do total exportado pela África.

**Figura 4 – China: Importações a partir da África: Total importado (eixo esquerdo/ bilhões de dólares) e participação dos países africanos no total % (eixo direito) (2000-2011)**



Fonte: UNComtrade 2013, apud RIBEIRO, 2013, p. 101

Conforme afirma Bortoluzzi:

Apesar do considerável avanço das relações sino-africanas, estas ainda estão concentradas em um número pequeno de países, dentre os quais Pautasso (2010) cita: a África do Sul, o Sudão, a República Democrática do Congo, a Guiné Equatorial, o Gabão, a Nigéria e Angola, que representam cerca de 90% do comércio entre China e África, sendo a Angola sozinha responsável por quase 20% deste total. Segundo Rosinha (2009), a China considera a região da África subsaariana como “aliciável” devido a sua grande necessidade de afirmação no contexto mundial e indeterminação política; da mesma forma, outros países africanos são vistos por ela como instáveis e incapazes econômica e financeiramente de administrar seus recursos naturais, minerais e orgânicos. (BORTOLUZZI, 2008, p. 54)

Sendo assim pode-se afirmar que as importações chinesas estão concentradas nestes países: **Angola, África do Sul, Congo e Sudão**. Ainda que haja uma significativa variação estes países mencionados são os que mantêm a liderança. Demais países como Guiné Equatorial, Líbia, Nigéria, Zâmbia e Argélia, por mais possuam uma parcela menor de participação nas importações não podem ser desprezados, principalmente pelo motivo de países como Nigéria e Zâmbia, apresentam boa disponibilidade de petróleo e cobre, além do

fato destes países menores serem destino de grande parte dos investimentos diretos chineses, dirigidos à exploração mineral e também a projetos de construção e infraestrutura. (RIBEIRO, 2013, p. 102)

Verifica-se que a concentração nas importações chinesas destinados da África não é restrita apenas aos países de origem, mas também na pauta de produtos importados. As importações são principalmente de bens primários e recursos energéticos/combustíveis minerais, como o petróleo essenciais no novo ciclo de expansão da economia chinesa.

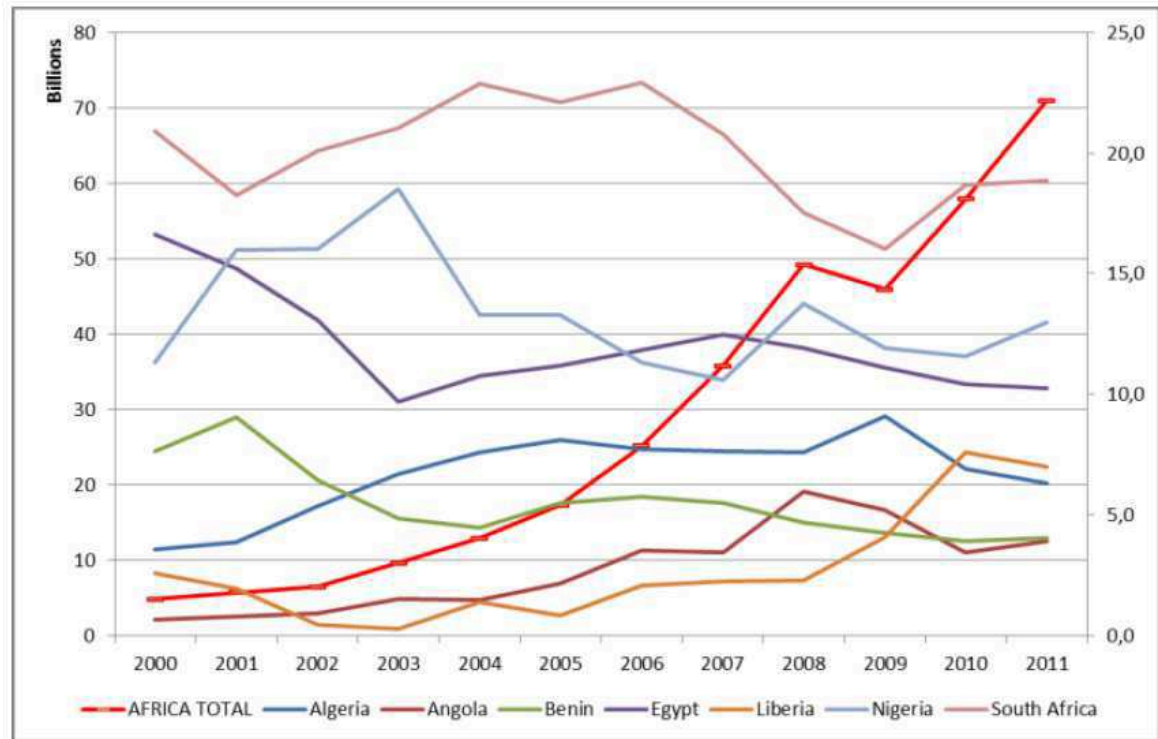
Segundo Ribeiro (2013, p.103), do total importado pela China de toda a África em 2012, 61,9% representa os “Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados”. Nesta classificação encontram-se artigos como carvão, petróleo e gás natural. Somando aos “materiais em bruto/crus” que correspondem por 17,8% do total importado pela China da África em 2010, obtém-se um total de 80% das importações chinesas constitui em petróleo, algodão, madeira, cobre, papel e celulose, gás natural, borracha, fertilizantes e outras matérias primas.

Do total de petróleo importado pela China se destaca a importância da oferta angolana deste insumo. Segundo Pautasso (2010) o dinamismo das relações entre China e Angola, é expressivo, pois em um período de 5 anos (2003-2008), o comércio cresceu 58 vezes, passando de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 25,4 bilhões, gerando um saldo positivo de US\$ 22,9 bilhões para Angola só em 2008. Em pouco tempo a Angola se tornou o principal fornecedor de petróleo para a China, e seu principal parceiro comercial no continente africano. Ainda que recém saído de um período de guerra civil, Angola tem conseguido aproveitar a onda de investimentos chineses para superar as limitações de sua economia e de posicionar como uma liderança regional na África Subsaariana, segundo Bertoluzzi (2008, p. 60)

No que concernem as exportações chinesas para a África, é possível observar que estas diferentemente das importações são mais diversificadas entre os países.

Verifica-se pelo gráfico uma liderança da economia sul africana no consumo de produtos chineses, revelando mais uma vez o forte dinamismo das relações entre os dois países. A China vem se consolidando como grande fornecedor de produtos manufaturados, tanto para a África como para o mundo, este posicionamento é prejudicial para as economias centrais, que tradicionalmente eram os fornecedores principais de produtos para a África.

**Figura 5 – China: Exportações para a África: Total exportado (eixo esquerdo/ bilhões de dólares) e participação dos países africanos no total % (eixo direito) (2000-2011)**

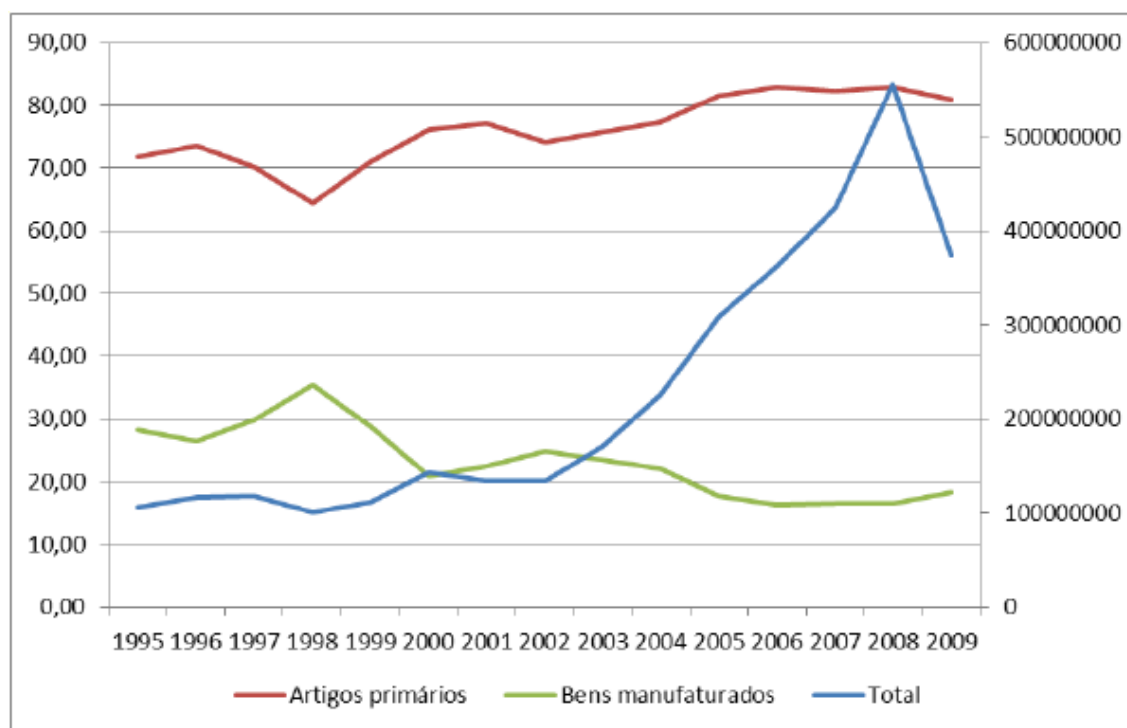


Fonte: UNComtrade 2013, apud RIBEIRO, 2013, p. 104

No que se refere a pauta dos produtos exportados, há uma variedade de produtos, desde bens de consumo leves, como os têxteis, partes e componentes eletrônicos, equipamentos de transporte, até bens duráveis como máquinas, carros, televisões, vans e caminhões. (RIBEIRO, 2013).

Ainda que as transações comerciais entre a China e o continente africano se caracterizem pelo já tradicional modelo de relação entre um país mais avançado com um menos avançado, de exportação de matéria prima em troca e produto acabado, países como a África do Sul ainda possuem um nível de exportação de produtos manufaturados para a China.

**Figura 6 – África: Exportações totais para a China (bilhões dólares/eixo direito) e participação de artigos primários e bens manufaturados no total exportado (eixo esquerdo) (1995-2009)**



Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2011, apud RIBEIRO, 2013, p. 106

O crescimento das exportações chinesas para a África pode ser explicado pela demanda africana pelos produtos de consumo leve, como têxtil e brinquedos, que em geral são muito baratos e que inclusive tem contribuído para aumentar o nível de consumo dos países africanos. Já a exportação de produtos pesados como máquina, equipamentos e matérias de transporte, ocorrem para atender ao aumento das firmas chinesas no setor de infraestrutura, como telecomunicação, ferrovias e construção civil.

De um modo geral, a quadro do comércio China-África revela um aumento expressivo das exportações africanas para a China (em 2010 a China já ocupa certa de 11% do total). O perfil destas exportações é principalmente de artigos primários e baixa participação dos bens manufaturados. Quando se compara as exportações africanas para o resto do Mundo, percebe-se que a participação dos bens manufaturados é mais significativa do que as exportações deste tipo para a China. O que reflete justamente o perfil das exportações altamente concentradas em bens primários (...). (RIBEIRO, 2013, p. 106)

Portanto, conclui-se que a China pratica uma política de comércio altamente vantajosa com o continente africano, ao priorizar as importações de bens primários originados da

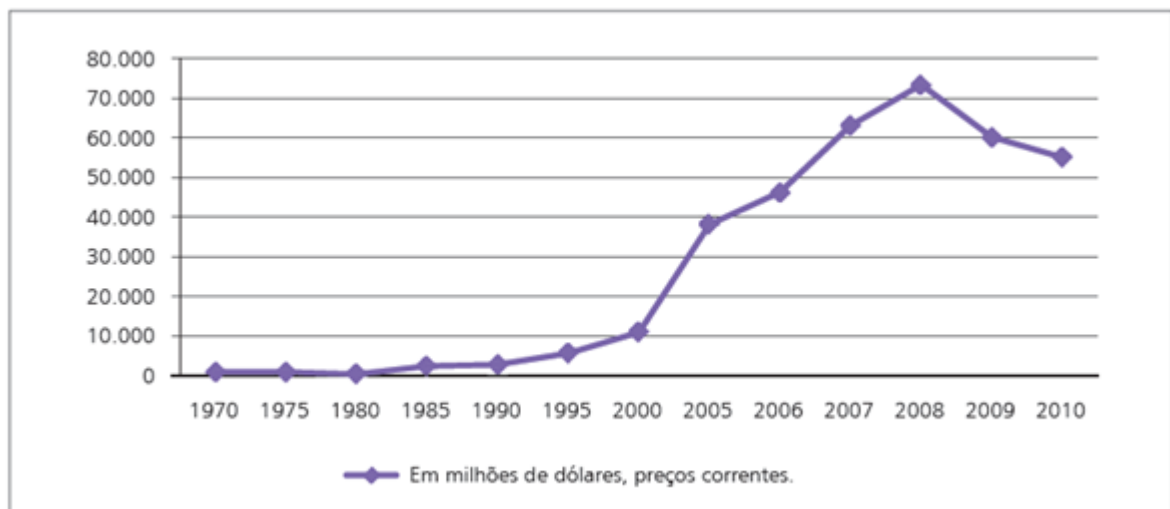
África, e as exportações de bens manufaturados, ao mesmo tempo em que restringe as importações chinesas de bens manufaturados africanos.

## 6.2 INVESTIMENTOS CHINESES NA ÁFRICA

O desenvolvimento e a consolidação da economia chinesa permitiram a este país não somente se tornar um dos principais destinos dos investimentos estrangeiros, mas também permitiram que esta economia usufrísse de uma posição onde pudesse de tornar um significativo investidor internacional, seja através da expansão das empresas chinesas em diversas regiões do globo, ou através das ZEE's africanas.

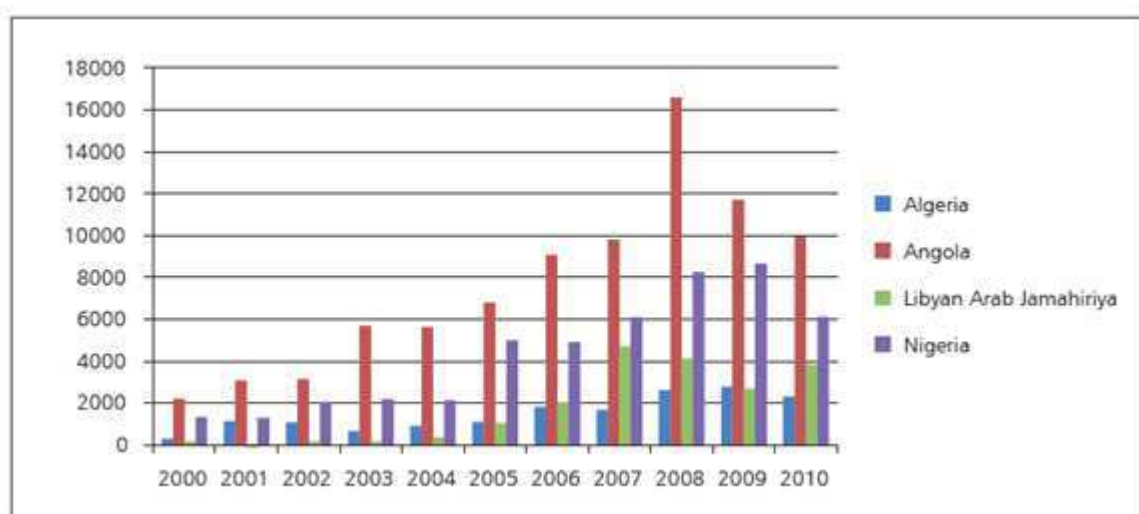
A África e a América Latina têm sido um dos principais destinos dos investimentos chineses. No que tange os países africanos o fluxo de IDEs chineses na África cresceu a uma média de 122% ao ano, ainda que representem uma parcela pequena dos IDEs chineses.

**Figura 7 – Fluxo de IED da China na África**



Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2013

**Figura 8 – Fluxo de Investimento Externo Direto para países exportadores de petróleo, em milhões de dólares (preços correntes).**



Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2013

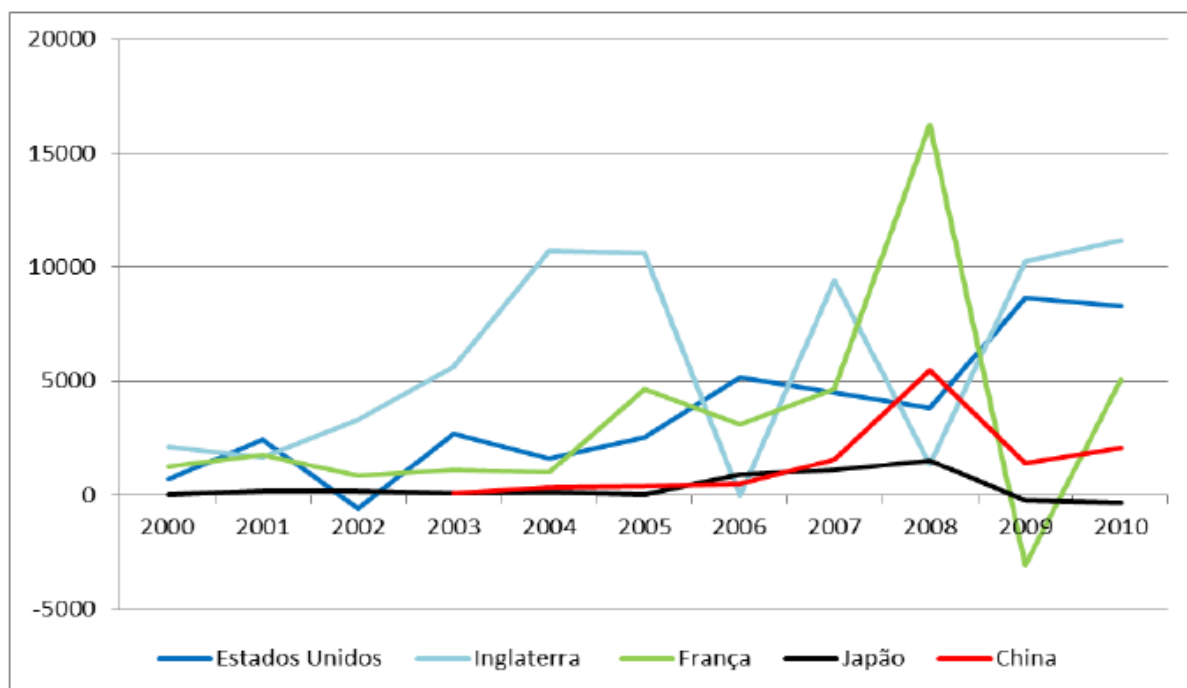
Como é possível se verificar os investimentos crescem significativamente a partir de 2000, principalmente devido à criação da FOCAC, principal instrumento da diplomacia chinesa para a África. Os IDEs chineses alcançam o seu pico em 2008, com US\$ 72 bilhões de dólares. Segundo Ouriques e Lui (2012, p. 22) o crescimento do IED até 2008 foi suportado pela alta dos preços das matérias-primas, particularmente o petróleo, que desencadeou uma grande expansão nos investimentos dirigidos aos países produtores de petróleo. A partir de 2008, nota-se uma queda no fluxo de IED, ocasionado pela crise financeira global.

As Zonas Econômicas Especiais africanas foram criadas a partir de 2006, com o intuito de criar zonas de cooperação econômica e comercial na África. Atualmente são 19 zonas econômicas, onde 5 delas estão na África Subsaariana, como Etiópia, Mauritius, Nigéria e Zâmbia, outras duas na Argélia e Egito. Há ainda outras zonas industriais em Botsuana, Serra Leoa e África do Sul, porém estas são frutos de projetos privados e em nada possuem suporte governamental. As ZEEs têm sido um importante canal de atração dos investimentos estrangeiros, dentre eles os investimentos chineses.

Cowaloosur (2010) ressalta que, embora a maior parte dos IDEs dirigidos às ZEEs africanas estejam concentradas em regiões que dispõem de amplos recursos naturais, alguns projetos em países como o Mauríius, ligados a setores de manufatura e serviços seriam uma demonstração de que o investimento chinês não está apenas relacionado ao interesse por extração de matérias-primas. (COWALOOSUR, 2010, apud RIBEIRO, 2013).

Conforme o gráfico abaixo que demonstra principais países da OECD que investem na África. A China em 2008 chegou a ultrapassar o investimento de economias como a dos Estados Unidos, da Inglaterra de do Japão.

**Figura 9 - África: Fluxo de Investimento Externo Direto (IDEs) – países da OECD e China (2000-2010) (bilhões de dólares)**



Fonte: OECD Stat Extracts 2012; \*Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment (vários anos), apud RIBEIRO, 2013, p. 111.

Segundo alguns autores, os perfis dos IDEs chineses são diferentes dos originados nos países ocidentais. Enquanto que os IDEs proveniente das empresas americanas e europeias visam a lucratividade no curto prazo, os IDEs chineses investimento dos países são caracterizados por uma perspectiva de longo prazo, permitida devido as empresas investidores possuírem apoio direto do Estado, além de uma estrutura de credito e financiamento que da a possibilidade de trabalhar com horizontes mais amplos. (RIBEIRO, 2013). O crescimento dos investimentos para o continente africano foi de mais de 300%, e em 2006 de mais de 200%. (RIBEIRO, 2010, p. 12).

Verifica-se que no período de 2003 a 2010 ainda que haja considerável variação, há uma liderança das economias da África do Sul, Nigéria, Argélia e Zambia, como principais destinos dos investimentos diretos chineses. Outro aspecto notável é a colocação da economia



Angola, que sendo uma das principais parceiras comerciais com a China (ao menos no que se refere as importações e exportações), possui um baixo nível de IDE chinês.

**Figura 10 - China: Fluxo de IDEs (para fora) para Mundo, África e países africanos (2003-2010) (bilhões de dólares)**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total África	% no Total África
Mundo	285465	549799	1226117	1763397	26,50609	55,90717	56,52899	6881131	10706048	
África	7481	31742	39168	51986	157431	549055	143887	211199	1191949	100
África do Sul	886	1781	4747	4074	45441	480786	4159	41117	582991	48,9
Nigéria	2440	4552	5330	6779	39035	16256	17186	18489	110067	9,2
Argélia	247	1121	8487	9893	14592	4225	22876	18600	80041	6,7
Zâmbia	553	223	1009	8744	11934	21397	11180	7505	62545	5,2
Rep. Dem. Congo		1191	507	3676	5727	2399	22716	23619	59835	5,0
Sudão		14670	9113	5079	6540	-6314	1930	3096	34114	2,9
Niger		153	576	794	10083		3987	19625	35218	3,0
Egito	210	572	1331	885	2498	1457	13386	5165	25504	2,1
Madagascar	-	1364	14	117	1324	6116	4256	3358	16549	1,4
Etiópia			493	2395	1328	971	7429	5853	18469	1,5
Angola				2239	4119	-957	831	10111	16343	1,4
Outros										11,85

Fonte: NBSC; Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment (2006, 2008 e 2009), apud RIBEIRO, 2013, p.112.

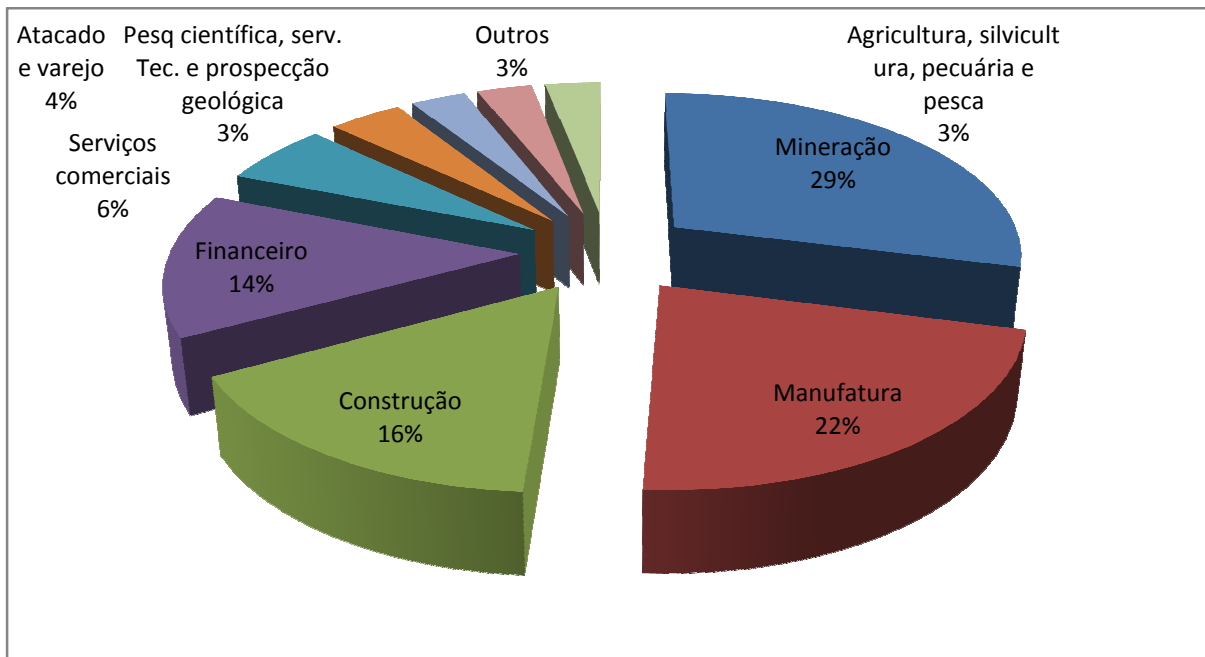
A respeito do tipo do investimento, há uma certa diversidade nos setores, ainda que muitos se não fazem parte do setor de bens primários e recursos energéticos, estão ligados a eles indiretamente, como por exemplo, investimento em infraestrutura para melhora do escoamento das matérias primas, ou investimento no setor de agricultura e pesca.

Recentemente de acordo com Kiggundu (2008, apud RIBEIRO 2013, p. 113), os principais fluxos de IDEs chineses na África no ano de 2006 englobavam o setor de minérios, com 40.74% do total; serviços de negócios, com 21.58%; setor financeiro, com 16.4%; setor de transportes e telecomunicações, com 6.57%; comércio, 6.57%; artigos manufaturados com 4.33%.

Já em 2009, de acordo com documento oficial do governo Chinês (White Paper, 2010, apud Ribeiro, p. 113) os principais investimentos chineses na África eram relacionados a setores de exploração mineral, setor financeiro, manufatura, construção, turismo, agricultura, florestas, agricultura e pesca. No gráfico abaixo encontra-se a distribuição dos IDEs por setor em 2009.

Como é possível observar, os setores de mineração e manufatura que junto incorporam mais da metade dos IDEs chineses, seguidos pela construção com 16% e setor financeiro com 14%. Demais setores como atacado e varejo, serviços comerciais, pesquisa científica e agricultura, dentre outros, somam menos de 20% na incorporação dos IDEs chineses.

**Gráfico 8 – China: Fluxo de IDEs para a África – principais setores (2009)**



Fonte: White Paper. Chinese Government's Official Web Portal, 2011, apud RIBEIRO, 2013.

Importante frisar que o alto nível de participação do setor de manufatura no fluxo de IDEs chineses destinados a África, ocorre devido a ida de empresas chinesas a África em busca de mercados consumidores de produtos chineses de baixo custo.

Outro setor de relativa importância para a China é a agricultura, por mais que tenha apresentado baixa participação no montante dos IDEs chineses destinados a África, a China está se aproximando do seu limite no que se refere a segurança alimentar, que seria cerca de 120 milhões de hectares de área agricultável, somado ao movimento migratório dos camponeses para as cidades, verifica-se um fenômeno que vai criando limitações ao crescimento sustentável chinês. Neste contexto, o Ministério da Agricultura em parceria com o Banco de Desenvolvimento Chinês, anunciaram um acordo que visa estimular projetos que utilizassem recursos de terra e água em outros países. Em paralelo, há também propostas de financiamento e assistência a projetos de agricultura na África. (RIBEIRO, 2013, p. 117-118).

No que tange aos empréstimos financeiros e financiamentos chineses destinados a África, se faz importante apresentar o chamado ‘‘modelo angolano’’, pois foi a partir do sucesso da experiência de acordos com Luanda, que a China tem replicado para os outros países.

O modelo segue a estratégia da combinação de ajuda com comércio/investimento, onde os principais elementos desse tipo de arranjo são: o país devedor negocia empréstimo no valor mínimo de RMB 20 milhões (cerca de US\$ 2,9 milhões); os empréstimos são vinculados a projetos nos setores de infraestrutura, indústria e desenvolvimento social e se inserem num contexto em que os países devedores, por um lado, são carentes em recursos financeiros e, por outro, têm recursos naturais abundantes, com infraestrutura inexistente ou ineficiente; o arranjo financeiro inclui emprego de mão de obra chinesa nos países africanos; de acordo com os requerimentos do China Eximbank para os empréstimos concessionais, empresas chinesas devem obter participação nos contratos de construção de infraestrutura financiados pelo banco; o financiamento pode ser amortizado via produtos gerados pelo projeto, no caso de extração de recursos naturais; não menos do que 50% das compras de equipamentos, materiais, serviços e tecnologias referentes ao projeto devem ser atendidos por empresas da China; o empréstimo é operacionalizado como uma conta corrente mantida na China, sob a titularidade do governo do país devedor, e as parcelas dos contratos correspondentes são pagas diretamente às empresas chinesas selecionadas, conforme apresenta Menezes (2013, p.137).

Pode-se entender a assistência financeira chinesa, da seguinte maneira:

De fato, a assistência financeira chinesa, em muitos casos, destina-se a apoiar empresas chinesas sediadas na África, envolvendo, via de regra, trabalhadores chineses; o que não constitui uma ajuda, segundo os critérios dos organismos internacionais. Assim, levando em consideração o princípio da não interferência, os vultosos financiamentos chineses não exigem, nem estimulam o progresso em questões relacionadas aos direitos humanos, à democracia ou à boa governança. Ainda assim, quando apresentados aos prazos estendidos para pagamento e às baixas taxas de juros, os empréstimos chineses se tornam atrativos para os países africanos (ROSINHA, 2009).

Nota-se um crescimento expressivo dos fluxos comerciais, investimentos e empréstimos chineses para a África nos últimos dez anos. Os investimentos chineses destinados a África, são fortemente relacionados aos recursos energéticos e bens primários e ainda que a China esteja presente em quase todos os países africanos, seja pela presença das empresas estatais e ou privadas chinesas, ou através da ajuda financeira, pode-se observar que esta presença ainda se concentra em um número pequeno de países.

Destaca-se a liderança da África do Sul e Angola como os principais parceiros comerciais no que se refere as exportações e importações, e destaque para a África do Sul e Nigéria como os principais destinos dos IDEs chineses, investimentos este com perfis distintos dos originados do ocidente, que em geral visam a lucratividade no curto prazo, enquanto que os investimentos chineses possuem a disponibilidade de trabalharem com horizontes mais amplos.

Ainda no que concernem as exportações e importações, os quadros apresentados permitem concluir que há um enfoque por parte da China na importação de recursos energéticos e bens primários de um número seletivo de países, enquanto que as exportações chinesas visam enviar aos mais diversos países africanos, os mais diferentes produtos chineses, desde brinquedos e artigos eletrônicos a caminhões e máquinas.

A consolidação da China como centro comercial do mundo, permite que esta economia disponibilize de recursos financeiros para ampliar seus investimentos no continente africano, e intensificar a sua presença neste.

Ainda que o setor de manufatura, responsável 27% dos IDEs chineses, também determine o perfil dos investimentos no continente, a predominância dos investimentos no setor de mineração, 29% dos IDEs chineses, demonstraram o alto interesse chinês na garantia do acesso aos recursos energéticos. Além do que, alguns dos investimentos em infraestrutura possuem como fim o setor de mineração e bens primários, através de investimento em melhor escoamento de água, ou em ampliações da malha ferroviária e dos portos.

Como se observou a política de empréstimos aos países africanos é pautado no modelo angolano, que consiste em uma combinação de ajuda com comércio/investimento, neste modelo os empréstimos são vinculados a projetos na área de infraestrutura e desenvolvimento social, onde o empréstimo pode ser abatido através da extração de recursos naturais e deverá ter no mínimo 50% de equipamentos e maquinários, originados de empresas chinesas, além do emprego de mão de obra chinesa.

Desta maneira pode-se observar que as empresas chinesas possuem uma larga vantagem em relação as empresas americanas, européias e até mesmo sul-americanas, de tal maneira que além de se tornar o principal parceiro econômico do continente africano, a China também tem se tornado um modelo de crescimento econômico a ser seguido.

### 6.3 A CHINA NA ÁFRICA E SEUS EFEITOS

No exame das implicações que surgem das novas relações sino-africanas, muitos autores, entre eles o diplomata Gustavo Rocha de Menezes e a economista Valéria Ribeiro, afirmam que a estas novas relações está vinculada à mudança do cenário africano, que tem a reboque dos investimentos chineses no continente crescido a níveis elevados.

Após quase trinta anos de crise de endividamento e recessão, a partir dos anos 2000, a África passa a experimentar ao que se pode chamar de ‘renascimento’, com a apresentação de sinais de avanço nas taxas de crescimento do PIB e PIB per capita, justificada principalmente pela criação do FOCAC. Após a criação do FOCAC, a África foi impactada por uma massiva onda de investimentos diretos externos, além de um aumento significativo de importações de produtos africanos destinados a China, e crescimento das exportações chinesas para a África. Segundo Ribeiro (2013, p. 136) o continente cresceu em média 5,12% ao ano, contra 1,59% de crescimento das economias avançadas no mesmo período e 2,76% de crescimento mundial. A África Subsaariana cresceu 5,3% neste período.

Pode-se verificar que desde o início do século XXI o continente tem apresentado boas taxas de crescimento, com um pico em 2004 de 8%, enquanto que a África Subsaariana chegou a atingir um crescimento 10%. Devido a crise financeira mundial observa-se um arrefecimento do crescimento em 2009, mas para logo em 2010 o continente apresentar novamente taxas de crescimento econômico.

Importante ressaltar que, embora os países do norte da África sejam caracterizados pelas economias mais desenvolvidas, como o Egito e Nigéria, os países da África Subsaariana têm apresentado um expressivo crescimento econômico e forte dinamismo, destaque para o país angolano. Entre 2000 e 2009 Angola apresentou uma taxa crescimento média do PIB de 10,9%, países como Guiné Equatorial, Chade e Etiópia também apresentam altos níveis de crescimento. Todavia, todo este crescimento ainda se manifesta em um baixo PIB per capita. Em 2010, apesar dos mais de 1 trilhão de dólares, o PIB per capita da região foi de apenas 2,3 mil dólares. (RIBEIRO, 2013, p. 137).

Este cenário de crescimento das economias africanas pode ser entendida da seguinte maneira:

As respostas para os melhores resultados da década de 2000 relacionam-se em grande medida a uma melhora da inserção dos países africanos no comércio internacional, com as exportações de bens primários aumentando substancialmente. Como visto anteriormente, além do petróleo e derivados, os países africanos possuem grandes reservas de bens minerais como aço, cobalto, bauxita, zinco, alumina e carvão. Beneficiados pela alta dos preços dos artigos primários os países

africanos expandem suas rendas de exportação e atraem investimentos. (RIBEIRO, 2013, p. 139).

Neste contexto, pode-se afirmar que boa parte do crescimento econômico registrado pela África ao longo dos últimos dez anos é devido ao aumento da demanda de produtos africanos por parte da China, dentre estes, demanda por petróleo, gás e outros produtos primários, segundo Menezes (2013, p. 216).

A China conforme já mencionado se posiciona atualmente como um dos principais consumidores dos bens primários e recursos energéticos africanos, aumentando suas importações e ampliando investimentos. Alguns casos são bem representativos, no que concernem as vantagens geradas devido às relações comerciais com a China. No caso angolano, conforme justifica Pautasso (2010, p.121) mesmo tendo que resolver problemas remanescentes do período colonial e da guerra civil, Angola tem aproveitado a oportunidade de ingresso do investimento chinês para redefinir sua inserção internacional e se posicionar como uma liderança regional da África Subsaariana, obtendo importantes êxitos no processo de desenvolvimento nacional com a reorganização da economia, redução da inflação e do déficit orçamentário, elevação do PIB per capita e redução da relação dívida/PIB.

Exemplos como o caso angolano, permitem afirmar que o processo de aumento do comércio sino-africano representa em benefícios significativos tanto para a África quanto para a China. Em relação ao continente africano, segundo Menezes (2013, p. 217), a África encontra enormes vantagens no “superciclo” de crescimento da economia chinesa, que registra demanda por bens primários e recursos energéticos, dos quais a África é abundante, desenvolvimento assim economias africanas produtores destas *commodities*. Enquanto que o benefício a economia chinesa, seria a crescente dependência das economias africanas em relação a comércio de *commodities* com a China, o consumo africano de bens chineses a preços relativamente mais baixos que de outras regiões e países, os empréstimos consensuais, que combinam ajuda com comércio/investimento, criação de novos mercados para a expansão de empresas chinesas, principalmente estatais na área de mineração, e principalmente no fornecimento de recursos energéticos e bens primários suficientes para o desenvolvimento sustentável da economia chinesa.

Sendo assim, pode-se concluir que a presença chinesa na África, ainda que resulte de maneira diferente em cada economia africana com quem a China se relaciona, gera benefícios positivos, seja direto ou indiretamente, as relações econômicas sino-africanas permitem uma melhor posição internacional ao continente africano, além de investimento em setores tradicionalmente carentes no continente, como infraestrutura e recursos financeiros. A

presença chinesa na África promove oportunidades não somente para as partes chinesas e africanas, mas também para terceiros países e regiões interessados em desenvolver suas relações com aquele continente.

## 7 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A expressiva ascensão chinesa, assim como sua aproximação do continente africanos, apresentados neste trabalho representam também uma ascensão chinesa na estrutura hierárquica de Estados, elaborada por Giovanni Arrighi. As transformações políticas e econômicas chinesas conduziram o país de uma posição periférica, com atividades predominantemente agrícolas, para uma posição semiperiférica, com atividades semelhantes com a do núcleo orgânico e periferia.

Como foi possível observar a expansão da economia chinesa que se iniciou pós abertura econômica e se intensificou no início do século XXI, vem promovendo transformações fundamentais na economia internacional.

Como forma de superar o atraso econômico, a economia chinesa adotou uma estratégia de industrialização voltada para a exportação. A partir do sucesso da criação das Zonas Econômicas Especiais, a China se tornou gradativamente em um pólo de produção mundial. A adequação da economia chinesa para adesão na OMC em 2000 permitiu que esta economia se posicionasse como um nova alternativa aos IDEs mundiais. Verificou-se que a partir deste período a China não somente experimentou um aumento do fluxo dos investimentos internacionais, como uma mudança gradual na pauta de exportações e importações. Passando de um país exportador bens primários e de consumo intermediários, para um exportador de bens de consumo duráveis e importador de bens primários.

Ainda que o país possua grandes quantidades de recursos naturais, com expressivas reservas de petróleo e diversos recursos minerais, a demanda interna por este tipo de recurso vem se expandindo em um ritmo acelerado, fazendo com que a China se torne um pólo mundial de demanda por matérias-primas.

Neste contexto inserem-se os países africanos, tradicionalmente especializados na exportação de recursos naturais. Favorecidos pela melhora das condições do comércio internacional para produtores de recursos naturais, a África também vem se estabelecendo como destino importante dos investimentos e fluxos financeiros chineses.

A partir dos anos 2000 com a criação da FOCAC, principal instrumento da estratégia chinesa para a África, observou-se um aumento substancial nas exportações de produtos primários dos países africanos, grandes partes destas exportações dirigiram-se a China.

Como analisado o país vem se estabelecendo cada vez mais como importante destino das exportações africanas, assumindo uma posição tradicionalmente ocupada pelos países ocidentais, principalmente os Estados Unidos e a Europa.



As exportações africanas para a China concentram-se em alguns países, como Angola e África do Sul e correspondem principalmente a artigos primários, petróleo, minérios e artigos agrícolas. As importações africanas a partir da China também aumentam no período, ligadas a artigos manufaturados e também equipamentos de transporte e maquinários.

Os investimentos chineses no continente africano também aumentam substancialmente nos anos 2000. Grande parte deles dirigindo-se a setores relacionados aos recursos naturais, como exploração de petróleo e extração mineral. As empresas chinesas expandem-se para diversos países africanos construindo filiais e novas empresas associadas a empresas africanas e voltadas para exploração primária. Ressalta-se também os investimentos dirigidos a setores diversos como o de manufatura, com as empresas chinesas da área de telecomunicações, por exemplo, buscando locais para expansão de matrizes e mercado consumidor para seus produtos.

Verificou-se que a China adota um modelo, para a política de empréstimos financeiros aos países africanos. Este modelo possui como principal característica a combinação entre ajuda financeira com comércio/investimento. Tais empréstimos significam contratos comerciais e de investimentos em setores como o da infraestrutura, que envolvem obrigatoriamente empresas e trabalhadores chineses

Como discutido no Capítulo 5 as relações sino-africanas estão firmadas sobre princípios que possuem como objetivo central a comunhão pacífica e o desenvolvimento econômico. Baseado nestas premissas a China tem realizado investimentos, em diferentes setores do continente africano no intuito de consolidar a sua presença e de garantir o acesso as fontes de recursos energéticos e bens primários. Grandes projetos de construção e reabilitação de rodovias, ferrovias, portos, pontes, aeroportos, hidrelétricas, represas e diversos projetos de construção de escolas, hospitais, casas, prédios públicos têm sido permitidos a partir da entrada dos fluxos financeiros e das empresas chinesas no continente. Esta aproximação da China na África e a melhora na inserção externa dos países do continente através do aumento das exportações têm contribuído para a formação de um quadro africano bastante distinto daquele que se observava nos últimos anos do século XX.

Sendo assim conclui-se que as relações econômicas estabelecidas no presente entre a China e o continente africano, são justificadas principalmente pela demanda chinesa por recursos energéticos e bens primários, entretanto a lógica extrativista da China é diferente da tradicionalmente conhecida, na medida em que este país realiza diversos investimentos e parcerias em prol do desenvolvimento/benefício mútuo.

Na elaboração do presente trabalho foi possível verificar diversos aspectos que suscitam um segundo trabalho mais aprofundado, como justificado no capítulo Limitações do Trabalho, várias abordagens não foram adotadas, dentre elas os movimentos migratórios dos trabalhadores chineses para o continente africano, as divergentes visões a respeito da presença chinesa na África e seus efeitos, além de uma pesquisa mais aprofundada nas transformações africanas e chinesas decorrentes das novas relações sino-africanas.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis. Editora Vozes, 1997.

BELLO, Iraxis. China en África: entre la cooperación y el neocolonialismo. **Revista Pueblos**. Madrid, 2008

BOCCHI, J. I. (Org.). **Monografia para economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BORTOLUZZI, Juliana Neves. **As relações econômicas entre China e África no início do século XXI**. 2013. 69f. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BP (British Petroleum) Statistic Rewiew of Word Energy, 2012. Disponível em [http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/Statistical-Review-2012/statistical\\_review\\_of\\_world\\_energy\\_2012.pdf](http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/Statistical-Review-2012/statistical_review_of_world_energy_2012.pdf), 2012

BP (British Petroleum) Statistic Rewiew of Word Energy, 2013. Disponível em [http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/statistical-review/statistical\\_review\\_of\\_world\\_energy\\_2013.pdf](http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/statistical-review/statistical_review_of_world_energy_2013.pdf), 2013

DE MENEZES, Gustavo Rocha. **As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

DE OLIVEIRA, Amaury Porto. **A política africana da china**. Campinas, 2007.

FURTADO, Marco Antonio Tourinho. **Economia chinesa para principiantes**. Disponível em <http://www.em.ufop.br/chinabrasil/EconomiaChinesaParaPrincipiantes.pdf>, 2012.

GEREFFI, Gary. Promessa e desafios do desenvolvimento. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 19, n. 1, p. 223-248. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 1994,

GUIA GEOGRÁFICO. **Mapa político da China**. [20-] 1 mapa, color. Escala 1: 500 000 000. Disponível em : <<http://www.guiageo-china.com/mapas/mapa-politico.htm>>. Acesso em: 10 Set. 2014.

NAIDIN, Leane Cornet; BRANDÃO, Fernanda; VIANA, Manuela Trindade. **O processo de adesão da China e da Rússia à OMC e as implicações para a agenda dos BRICS**. Brics Policy Center, fev. 2012. Disponível em : < <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/2743/doc/1132094750.pdf> >. Acesso em: 24 out. 2014.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: Estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**. vol. 30, nº 2 , p. 201-218, abr./jun. 2010.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**. vol. 26 n.º 3, p.381-400, São Paulo, julho/setembro 2006.

MOYO, Dambisa F. **O vencedor leva tudo: a corrida chinesa por recursos e seu significado para o mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

OLIVEIRA, Carlos Alonso. Reformas Econômicas na China. *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, nº 5, p. 3-8, abr./jun. 2005.

OURIQUES, Helton Ricardo e LUI, Aline. China e África: Uma parceria estratégica. **Boletim Meridiano 47**. Florianópolis: vol 13, n. 134, nov-dez. 2012, p. 19-27.

PAUTASSO, Diego. **A China na transição do sistema mundial**: suas relações com EUA e Índia. 2006. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. A economia política internacional da China para Angola e os caminhos da transação sistêmica. **Século XXI**, Porto Alegre, v.1, n.1, jan./dez. 2010.

RIBEIRO, Valéria Lopes. **A China e a economia mundial: uma abordagem sobre a ascensão chinesa na segunda metade do século XX**. 208. 142f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Economia/PPGE, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

\_\_\_\_\_. **A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova fase do Imperialismo econômico**. Rio de Janeiro: OIKOS, 2010, v. 9, n. 2, p. 13 a 35.

\_\_\_\_\_. **A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI**. / Valéria Lopes Ribeiro. – 2013. 216 f. : il. ; 31 cm

\_\_\_\_\_. A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI. 2013. f. 203-210. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

UNComtrade. Data Query, Basic Selection.

UNCTAD. **World Investment Report 2007: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development**. Geneva: UNCTAD, 2007, 294 p.

WORLD BANK. World Development Indicators Database. Disponível em:  
[http://data.worldbank.org/country/china#cp\\_wdi](http://data.worldbank.org/country/china#cp_wdi). 2014

ZWEIG, David and BI, Jianhan. **China's Global Hunt for Energy. Foreign Affairs.** V. 84.  
N. 5, 2005. National Bureau of Statistics of China.